



Anais da Assembléia

N.023

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 20.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1.988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Alexandre Ceranto.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Viçela (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegatte e Lauro Lobo Alcântara (02). Achando-se em licença, os seguintes Senhores Deputados: Antônio Amibelli, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a cha-

mada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e cinco Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação e votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação) Aprovada a Ata, por unanimidade.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei de sua autoria, a seguir:

Projetos de Lei n.^o 112, 334/87, 033 e 012/88.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 197/87, de sua autoria, que proíbe o tabagismo nos locais que especifica e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 072/88, de sua autoria, que proíbe a realização de provas do tipo "rally" ou competições automobilísticas (lacto sensu) nas Estradas Estaduais.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, Preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 43/88, com base no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, que a Sessão Ordinária já marcada para o período da manhã do dia 14 de abril de 1988, seja realizada no período da tarde. Outrossim, requer que a Sessão Extraordinária venha a realizar-se logo após o término da Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a Constituição da República preceitua como da competência privativa do Poder Executivo a iniciativa de leis que fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos;

CONSIDERANDO que a Constituição Estadual em seu art. 35 consagra o princípio acima exposto;

CONSIDERANDO que o mesmo Diploma Estadual, em seu art. 25, § 1º, b, preceitua que: "é da competência exclusiva do governador a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira e que aumentem vencimentos ou a despesa pública";

CONSIDERANDO que a emenda substitutiva geral apresentada ao projeto de lei dispõe que o Poder Executivo, por decreto, poderá "conceder reajustes, a título de antecipações salariais, aos servidores...";

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, ao dispor sobre a hierarquia das leis, não enseja dúvidas quanto a prece-

dência do decreto federal à Lei estadual;

CONSIDERANDO que, em se aprovando a emenda substitutiva, estar-se-á incorrendo no vício da inconstitucionalidade e ilegalidade; as Bancadas de oposição, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, REQUEREM, a retirada do Projeto de Lei nº 055/88 por duas sessões para que seja a emenda substitutiva geral devidamente analisada quanto a suas consequências e implicações de ordem legal e inconstitucional.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamto: Pedro Tonelli e Basílio Zomso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 55/88, com base no disposto pelo inciso II, do § 1º, do Art. 156 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a prorrogação do prazo de duração da presente Sessão Ordinária por mais 3 (três) horas, com fundamento no disposto pelo Art. 76 e §§, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Polan Adamovicz, ocorrido em 07 de abril de 1988 na Cidade de Cândido de Abreu.

Outrossim, REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao pai do falecido, Senhor Clemente Adamovicz e ao seu irmão Senhor Tadeu Roberto Adamovicz, através de correspondência aos cuidados da Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, e 08.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Simioni Neto no dia 05 de

abril próximo-passado.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos profundamente a morte do Senhor Francisco Simioni Neto, e nos solidarizamos para com todos seus familiares, pois com sua falta perdemos um homem de grande fibra que há muito já convivia conosco.

REQUER, ainda, que, do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Aparecido Garcia dos Santos, mui digno funcionário da Prefeitura Municipal de Mirador (PR), vítima de derrame cerebral no dia 11.04.88, no Município de Paraíso do Norte, localidade onde encontrava-se internado na Casa de Saúde Santa Inês.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pela circunstância de ser o Senhor Aparecido Garcia dos Santos pessoa da mais alta estima de seus conterrâneos e profissional extremamente dedicado ao exercício de suas funções, sendo por isso seu falecimento motivo de profundo pesar para todos nós.

REQUER, ainda, que do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Paulo Libano, ex-Prefeito do Município de Santa Cruz do Monte Castelo (PR), vítima de acidente automobilístico na BR-376, próximo ao Município de Paranavaí, no dia 08 de abril próximo-passado.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos profundamente a morte do Senhor Paulo Libano, e nos solidarizamos para com todos seus familiares, pois com sua falta estaremos privados da companhia de um homem de grande fibra e que muito mais poderia ter feito, além do que realizou, pelo engrandecimento de Santa Cruz do Monte Castelo e do Paraná.

REQUER, ainda, que do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

Av. Presidente Castelo Branco, 365 - Santa Cruz do Monte Castelo (PR).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Terêncio Alves da Cunha, mui digno Fiscal do Estado aposentado, vítima de acidente automobilístico na BR-376, próximo ao Município de Paranavaí, no dia 08 de abril próximo-passado.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade expressar nosso pesar pelo falecimento de um homem de caráter irrepreensível e dignidade a toda prova, sendo por esse motivo sua morte representativa da perda de um ilustre paranaense que dedicou sua vida ao serviço público.

REQUER, ainda, que do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

Rua Bélgica, 177 - Santa Cruz do Monte Castelo (PR).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Wallace Costa, dia 11 do mês em curso, na Cidade de Morretes.

O Senhor Wallace Costa, gozava de grande prestígio junto a comunidade de Morretes, tendo por ela muito carinho e respeito.

Sua vida foi conduzida sobre os trilhos da justiça, da ponderação, da serenidade e dos mais altos preceitos de conduta moral, social e religiosa.

Exemplar chefe de família, sempre foi muito admirado por todos os que o cercaram durante sua existência, pela ilibada e intocável reputação.

Com o passamento do Senhor Wallace Costa abre-se uma lacuna na comunidade em questão, inclusive difícil de ser preenchida, principalmente pela singularidade e peculiaridade de tão respeitável cidadão.

Que da decisão do Poder Legislativo, se dê ciência à família enlutada, à Rua Prof. Arlindo de Castro, 35, na Cidade de Morretes.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando o envio de gêneros alimentícios para a Associação Beneficente de Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Goioerê é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade no atendimento de pessoas carentes daquela Cidade e região. Em função de defasagem orçamentária, a referida entidade necessita de gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães "Imaculada Conceição", de Mamborê.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães "Imaculada Conceição", localizado na Cidade de Mamborê, presta relevantes serviços àquela comunidade através de auxílio às pessoas carentes. Entretanto, por defasagem orçamentária, necessita de auxílio para continuar a prestar atendimento ao povo daquela Cidade e Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após a aprovação do Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando a inclusão dos servidores da SANEPAR no Plano de Cargos e Salários, bem como a contratação de pessoal para prestar serviços na Região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de aumento do efetivo a serviço da SANEPAR na região Sudoeste traduz-se pelo crescimento dos serviços prestados, concluídos e em andamento.

Em 1983, havia na Região, 28 sistemas.

Em 1988, são 45 sistemas.

Em 1983, havia 154 funcionários;

Em 1988, são 182;

Em 1983, existiam 35.000 ligações;

Em 1988, são 47.000;

Em 1983, as ligações de esgoto eram 0 (zero)

Em 1988, são mais ou menos, 1.000 ligações.

À vista da disparidade entre o volume de trabalho e o efetivo de funcionários, o Requerente encarece o aval dos Pares e solicita seja cientificado o Chefe do Escritório Regional da SANEPAR de Pato Branco, Senhor Bruno Petricoski.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de ponte na divisa de Pato Branco com Vitorino, na localidade de São Valentim.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A construção da ponte na divisa dos Municípios de Pato Branco e Vitorino é uma necessidade, pois a expansão dos Municípios requer maior facilidade de acesso para incentivar o intercâmbio entre os mesmos, e proporcionar mais rapidez de comunicação à comunidade de São Valentim e o centro urbano.

Pelo exposto, REQUER a aprovação dos Pares e solicita sejam cientificados os Vereadores do Município de Pato Branco, através do seu presidente, Vereador Neri Antônio Garbin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Jayme Paciornik, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando a abertura de credenciamento para Dentistas em todos os Municípios do Estado que abriguem agências desse Instituto.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de credenciamento de profissionais de odontologia nas agências do IPE torna-se cada vez maior, quer seja pela elevação do número de segurados, quer pelas dificuldades que obstaculizam os tratamentos dentários, pois, normalmente são tratamentos que se estendem por longo período, além dos deslocamentos a que se obrigam os segurados e dependentes até os profissionais credenciados.

Entendendo ser a medida não só oportuna como também de grande alcance social, o requerimento solicita o precioso aval dos

nobres Pares desta Augusta Casa, para que cada município que disponha de Agência do IPF, possa em breve, contar com dentistas credenciados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Roque Robinson Piragine, solicitando informações a respeito do critério estabelecido para a cobrança do percentual de 100% do valor conseguido em água, a título de taxa de esgoto.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que somos sabedores que em muitos municípios do interior, não existe tratamento do esgoto e também que em outros Estados da Federação essa taxa é de apenas 20% (vinte por cento) como é o caso do Estado de São Paulo.

Do presente, Requer se dê conhecimento aos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Camborá e em especial ao Vereador Paulo Roberto Marzenta que é o autor do pedido a nós enviado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública Senhor Antonio Lopes de Noronha, com a finalidade de solicitar informações a respeito das providências tomadas em função dos fatos ocorridos envolvendo o pessoal da Polícia Civil, e tendo como vítima o Vereador Paulo Roberto Marzenta da Cidade de Camborá, cujos fatos ocorreram na cidade de Santo Antonio da Platina por ocasião da realização da Exposição Feira Agropecuária do Comércio e da Indústria.

Sala das Sessões, em 13.04.88

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de não ter o Vereador acima apontado, notícias de qualquer natureza a respeito do inquérito policial e conseqüente ação penal.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos Vereadores integrantes da Câmara

Municipal de Camborá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a inscrição dos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná, do documento final da Assembléia Geral dos Pais e Alunos das escolas do Paraná, evento promovido pela Comissão de Educação desta Assembléia e realizado no dia 17 de março próximo passado. Presentes à Assembléia Legislativa inúmeras entidades relacionadas à Educação, debateram principalmente sobre os abusivos e extorsivos aumentos das mensalidades dos estabelecimentos de ensino particular pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, calculados sobre o Decreto Federal 95.720/88.

Requer, outrossim, que sejam enviadas cópias do documento final da Assembléia promovida por iniciativa deste Poder, ao Conselho Estadual de Educação, aos Ministros da Fazenda, Educação e Ensino Superior, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ao Presidente deste Poder, ao Governador do Estado do Paraná, ao Serviço de Defesa do Consumidor da Promotoria Pública do Paraná, à Superintendência Nacional do Abastecimento- SUNAB.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Rafael Greca, João Arruda, Antonio Costenaro Neto, Basílio Zamusso e Nestor Baptista.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 082/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do Loteamento Vila Gaúcha, com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon,

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Loteamento Vila Gaúcha, congrega os moradores e amigos do Bairro, e outros que venham a integrar a Associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos, sem fins lucrativos.

Mantém serviços assistenciais, cooperativos, promocionais e transformativos, através de convênios com organismos públi-

cos e particulares. Realiza trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos Associados e Moradores em geral. Desta forma, colocamos este Projeto de Lei, à apreciação dos nobres Deputados, solicitando aprovação.

PROJETO DE LEI N° 083/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do Loteamento Jardim Ana Paula, com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Loteamento Jardim Ana Paula, congrega aos moradores e amigos do Bairro, e outros que venham a integrar a Associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos, sem fins lucrativos.

Mantém serviços assistenciais, cooperativos promocionais e transformativos, através de convênios com organismos públicos e particulares. Realiza trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral. Desta forma, colocamos este Projeto de Lei à apreciação dos nobres Deputados, solicitando aprovação.

PROJETO DE LEI N° 084/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, congênere de Associação de âmbito internacional e nacional, há 3 anos vem prestando relevantes serviços à causa da mulher e na defesa daquelas que têm no direito a sua profissão. Motivos, por si só suficientes para a declaração de Utilidade Pública pretendida.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a palavra o Senhor Deputado José Rogério de Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

"O corpo de serviços de atendimento médico do INAMPS parou. As ameaças, é verdade, são de tempo. Os reclamos para que se reclassificasse a tabela de seus salários, eram antigos.

O Governo sabe que remunera mal seus serviços. Todos nós, aliás, sabemos que essa remuneração está aquém da crítica. Mas a Associação Médica do Paraná, ao par de criticar a tabela de seus honorários sobre as consultas, critica as interferências políticas e os descabimentos do setor de saúde nacional como um todo. Não há o que contestar.

A Previdência Social do País está falida. Não é de hoje. Este, é o quadro real de um sistema que sempre esteve envolvido em escândalos de corrupção e atitudes administrativas que, se não eram imorais, também não eram sérias. O dinheiro arrecadado à Previdência, então, não há o que se dizer. Nem, classificar o comportamento criminoso da sua aplicação. Já serviu para tudo que fosse obra do Governo. Só não serviu à saúde pública ou à Previdência Social. Estamos colhendo, neste setor, apenas o que o governo plantou.

A Associação Médica de Pato Branco, em telegrama que recebemos, comunica que parou; em solidariedade a todos os servidores.

A nossa responsabilidade é delicada. Se não nos autoriza apoiar a polarização, pelos prejuízos sociais que acarreta a camada social mais pobre, que depende, exclusivamente, desses serviços; não nos autoriza ser coniventes com a Previdência, relapsa e provavelmente proteladora no equacionamento dessa crise, que hoje, atingiu, mais uma vez, o seu ponto alto.

A nossa expectativa é de que o Governo, mais do que conversar e prometer, como costuma, ataque e resolva o problema de forma a garantir que os médicos e servidores retornem às atividades normais e não tenham razões para, no futuro, reeditarem este gesto que, reconhecidamente, não é espontâneo de suas consciências. É, sim, o produto acabado da exaustividade de suas reivindicações nunca atendidas.

Muito obrigado.

(Termina de Ler):

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e

Senhores Deputados.

O País que tem por ambição apenas o poder, só um caminho pode seguir, aquele que mantém seu povo preso nos porões da ignorância, não podem seus governantes permitir que esteja a escola ao alcance de todos, mas apenas de uma minoria, que é aquela que tem o interesse de manter o poder a qualquer custo.

A cultura é o caminho que leva à liberdade e à verdadeira democracia. A opressão, a falta de escolas, o rango cultural levam à ignorância, a escravidão humana e moral.

Senhores Deputados, o que é que tenta fazer este Governo que aí se encontra? O que é que deseja fazer deste País? Será que vamos deixar de ser uma Nação livre, uma Nação em que seu povo é preparado para a liberdade e para os ideais de justiça? Como justificar o massacre cultural que o nosso povo vem sofrendo?

Sabemos todos, que o Estado não tem condições de, a todos atender com escolas, sejam nos níveis iniciais, sejam nos níveis mais graduados. Resta para o povo então o caminho do ensino privado, da rede particular de ensino. E quando este Governo vê que este caminho em parte está a suprir as necessidades do seu povo o que faz? O que é que este Governo faz?

Fecha as portas da escola para o povo, fecha as portas da escola para que possa o povo ser ensinado a lutar pela sua liberdade, a lutar e exigir a justiça que merece. Povo ignorante, poder forte; vejam o exemplo do nosso vizinho Paraguai. Será que o exemplo não serve para nós, brasileiros? Para o nosso Governo, ou melhor, para o desgoverno que aí está minha gente, o aumento das mensalidades das escolas particulares, de forma abusiva, fora da realidade do País. Por acaso ganha o trabalhador em OTN's? Ganha em cruzados e paga suas contas em OTN's.

É demais aceitar uma situação dessas. Esta Casa que é composta de representantes do povo, que foram eleitos para aqui representá-los, esta Casa rejeita conscientemente uma Proposição que não é do Deputado Algaci Túlio, mas que foi fruto de uma comissão integrada, Senhores Deputados, por Deputados desta Casa, da Comissão de Educação desta Casa, que foi integrada pelo Deputado Tonelli, por este Deputado que promoveu o debate; estiveram aqui Vereadores, pais dos alunos e até professores; numa tentativa de valorizar esta Casa fizemos aqui há uns 15 dias atrás um debate a respeito da mensalidade escolar, do abuso do preço elevadíssimo das mensalidades escolares, trouxemos o povo para esta Casa para que as Comissões desta Casa, pudessem também dialogar com os pais e alunos.

Criamos um movimento, um movimento de pais e alunos das escolas do Paraná para que esse movimento ganhando forma jurídica, pudesse lutar por esta classe, por este povo. E o que é que acontece? Ontem na mesa desta Assembléia, estava um requerimento deste Deputado e em nome deste Deputado, porque na verdade ele foi feito em nome da Comissão de Educação, desta Casa, para que fosse encaminhado aos Constituintes, ao Ministério da Educação, ao Secretário de Estado da Educação, ao Governador do Estado e as outras autoridades ligadas à educação, um manifesto, que eu só não leio mais uma vez porque o tempo não me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo o nobre Deputado, que o seu tempo esgotou, o Senhor tem 30 segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO ... lido nesse Plenário, é um manifesto dos pais e alunos das escolas do Paraná, que clamam por uma condição de poder manter seus filhos nas escolas. E o que é que fez esta Casa, aqui, ontem? Lamentavelmente, a Bancada do PMDB rejeitou este requerimento, desmoralizou a Comissão de Educação desta Casa, Senhor Presidente, desmoralizou uma Comissão que fez o debate, que tirou o documento, cujo documento seria encaminhado às autoridades maiores da Educação. Esta Casa ontem rejeitou. Gostaria de poder entender a posição tomada pelos Senhores Deputados da Bancada do Governo com assento nesta Casa.

(Palmas nas Galerias).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito àqueles que estão nas galerias, para que, de acordo com o Regimento Interno, não se manifestem através de palmas para apenas assistirem a sessão.

Consulto o Deputado Paulo Furiatti, se fará uso do seu tempo.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com todos sabem através da imprensa, a COPEL faz concorrências para a construção da Usina de Segredo; Uma concorrência que geraria capacidade de energia. E nos últimos dias, temos ouvido pela imprensa, a discussão sobre a questão da concorrência que envolve a empresa C.R.Almeida.

Como representante do povo eu me sinto no dever de manifestar-me sobre este assunto, convocando na terça-feira próxima ou trazendo requerimento a esta Casa, para que seja instituída uma Comissão Geral, para que, na quinta-feira, dia 21, às 14:00 horas, venha até esta Casa o Presidente da COPEL, no sentido de esclarecer,

é, se for o caso, de entendimento também, porque não os representantes da C.R.Almeida, um fato que é muito grave. A COPEL estabeleceu o máximo na concorrência, de 170 milhões de dólares; 4 empresas se apresentaram, a menor proposta apresentada, o preço menor, foi da C.R.Almeida, por 263 milhões de dólares, ultrapassando o teto em mais de 90 milhões de dólares. A C.R.Almeida, entrou na justiça contra a COPEL, foi dada a liminar e foi cassada esta liminar. O consórcio liderado pela C.R.Almeida, que apresentou menor preço da concorrência, se propôs a executar a obra, por esta quantia de 28 bilhões de cruzados. Quando se fala em déficit público, quando se fala que o Governo realmente precisa tomar medidas, para evitar que o seu dinheiro esvaia-se por concorrência como essa, o Governador Álvaro Dias cancelou através da COPEL a concorrência. Mas, é importante que fique claro nesta Assembleia, em Comissão geral, com a participação de todos os Deputados e da população para que o Presidente da COPEL venha a esta Casa e esclareça os critérios do teto de 170 milhões de dólares, e para que possamos aqui nos aprofundar sobre a questão dos cartéis deste País, porque preço de mercado estabelecido em 6 ou 7 empresas a nível nacional não é preço de mercado, e nós precisamos nos aprofundar sobre isso. No momento em que iremos votar, o pagamento da URP de março até 50 mil cruzados, pagamento em abril para os funcionários de 50 mil até 150 mil cruzados, nós precisamos também nos dirigir, aprofundar e estudar a questão dos cartéis, e o Governador Álvaro Dias vai precisar de apoio.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sem pré-julgamento, acho que é nosso dever provar o requerimento que vai ser feito na terça-feira, convocando o Presidente da COPEL e conversando também se for o caso, convocando as partes interessadas de C.R.Almeida para que fique esclarecido o seguinte: como é que com toda a estrutura técnica da COPEL chega a conclusão de que a obra pode custar no máximo 170 milhões de dólares e vem a proposta, quando se abre as concorrências, em torno de 263 milhões de dólares.

O Governador tomou a medida correta, mas é preciso que, aqui nesta Casa nos aprofundemos nesse assunto, principalmente no momento grave como o que atravessa a Nação brasileira.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Deputado Raul Lopes se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Srs. Parlamentares. Ocupo a tribuna para fazer um esclarecimento a respeito da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pinheirão. Isso porque muita polêmica tem sido divulgada através dos órgãos de comunicação a respeito do que vem acontecendo no desporto paranaense.

A Comissão Parlamentar de Inquérito dessa legislatura está levando e aceitou com a maior seriedade possível os acontecimentos pertinentes à administração do Pinheirão, e diz aqui de público e a todos os companheiros, que não tem nada, absolutamente, com o futebol propriamente dito, e sim com a administração. Estamos desenvolvendo dentro do tempo e do espaço necessário, do espaço possível e estamos gradativamente dentro do fator tempo ouvindo todos aqueles, inclusive, em especial a imprensa, os órgãos que representam a parte esportiva, portanto os comentaristas esportivos da nossa Capital.

Lamentavelmente ontem por situação especial quando esta Casa reuniu-se com o Plenário dando assim a nobreza da sua presença para assistir o que aqui vem se debatendo em torno da mensagem do Governo a respeito do aumento referente ao congelamento da URP.

Reunimo-nos pela manhã, ouvimos um jornalista e em seguida um Presidente de Clube, Presidente do Curitiba Futebol Clube. À tarde, por ponderação dos membros da Comissão, este Presidente, este Deputado que vos fala, portanto, acho por bem suspender a reunião tornando público a todos, à imprensa inclusive, que, por motivo de força maior, dado a prioridade dentro de um expediente, sem contudo desfazer a Comissão Parlamentar de Inquérito, que acredito está atingindo um resultado satisfatório, que houve por bem cancelar a reunião. Esteve presente o Senhor Presidente do Pinheiros Sr. Antônio Carlos Pacheco que aquiesceu e atendendo a ponderação de toda Comissão declinou e se colocou à disposição para uma próxima convocação.

Todavia, hoje, por ocasião do horário do desporto, num determinado canal de televisão a representação do COLORADO se manifestava de maneira insatisfatória, inconveniente, descontente com os membros integrantes da CPI, que aqui estiveram e que havia sido de forma desinteressada, totalmente desmotivada em ouvir o seu Presidente. Nós havíamos procurado o Presidente, através do nosso Secretário, dada a necessidade da nossa presença neste Plenário, e pedíamos a ele uma chance, uma oportunidade, para que pudéssemos convocá-lo em uma outra oportunidade, no que o mesmo aquiesceu e entendeu. Quero crer que não partiu do Senhor Rogério Câmpera, pessoa que eu conheço, que eu tenho em mais

alta estima e admiração, os comentários que tomei conhecimento que foram ventilados por parte do horário esportivo, por ocasião das 12:00 horas. De sorte que, companheiros, que aqui torno público aos companheiros da comunidade paranaense, em especial a desportiva, que a Comissão continua unida, coesa, com o firme propósito de concluir, ainda para este mês, o que firmamos perante esta Casa, o compromisso de trazer até a Justiça, se necessário for, o que realmente vem acontecendo na administração do Pinheirão.

Portanto, não vejo motivos para comentários desairosos contra o Presidente e os membros que integram a presente Comissão. Razão pela qual ocupo esta tribuna para fazer este esclarecimento.

Companheiros do COLORADO, entendam, compreendam, que foi um motivo todo especial pelo qual declinamos, com aquiescência do vosso Presidente. Não há razão, portanto...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) V. Exa. tem trinta segundos para concluir.

O SR. RAUL LOPES - ... de assim entender e assim interpretar, de maneira totalmente distorcida. O Presidente do Colorado será convidado a comparecer, na data oportuna, para o qual eu espero, a presença e a compreensão.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - (Questão de ordem)

Dentro do que disse o companheiro Deputado Raul Lopes, quero, também, deixar claro que a Comissão que investiga irregularidades no esporte do Paraná esteve reunida durante toda a manhã de ontem, realizando reuniões que iniciam às 10:30 horas e vai até às 18:00 horas, ouvindo numa "pancada" só cinco ou seis pessoas. Portanto, não é justa a crítica feita, se é que na verdade foi feita, pelo presidente do Colorado. Se não foi ouvido ontem, é porque nós precisávamos estar aqui em Plenário para dar quorum, e votarmos trinta e cinco processos que estavam na pauta do dia.

Era isso o que nós queríamos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Solicitaria aos ocupantes das galerias que permanecessem em silêncio para o bom andamento da sessão, isso, para podermos cumprir o artigo 119 do Regimento Interno. Inclusive esta Presidência autorizou o levante dos cartazes, mas, de acordo com o pedido da Diretoria, colá-los na galeria está vetado, apenas que permaneçam nas mãos dos Senhores, gostaria, evidentemente-

te, que permanecessem em silêncio para o bom andamento, mais uma vez, da sessão.

Muito obrigado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pôde, no dia de hoje, desenvolver uma de suas atividades, a qual vem se prestando há muito tempo, que é o inter-relacionamento deste Poder com a sociedade organizada, em especial, no que diz respeito a este assunto com as entidades ligadas ao setor produtivo do meio rural.

É do conhecimento de todos os Senhores Parlamentares e de boa parte da população paranaense que em 1986, foi sugerido e aprovado, neste Parlamento, a criação do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que desde 1986 e muito mais especialmente no ano de 1987, implementou maior dinamismo em suas atividades, fazendo com que neste Poder Legislativo, diversas reuniões da maior importância fossem aqui realizadas, Fóruns de Debates, audiências, inclusive com Ministros de Estado em Brasília, fazendo com que os anseios e os reclamos do setor produtivo do Estado do Paraná, chegassem ao seu destino e pudessem ter uma solução que, embora não fosse a desejada pelos agricultores, mas, que mais se aproximasse da necessidade da população que vive no meio rural.

Diante dessa filosofia de trabalho, onde estamos buscando, através do Bloco Agropecuário, um inter-relacionamento com as cooperativas e os sindicatos, na manhã de hoje, estivemos reunidos com a FATAEP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, além de estarmos reunidos com a sua Diretoria, também tivemos a oportunidade, e mais uma dezena de Parlamentares Estaduais, de conversar com Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com os Coordenadores Regionais do Sindicato de Trabalhadores, trocando idéias e informações, colhendo dos mesmos as suas críticas, sugestões e até as propostas para a Assembléia Estadual Constituinte, que faremos realizar dentro em breve neste Poder.

Depois de reuniões que tivemos, com a organização das Cooperativas do Paraná e Federação da Agricultura do Estado do Paraná, com grupos de trabalhos em Guarapuava, Cascavel, Entre Rios e outras localidades deste Estado. E hoje, tivemos a oportunidade de reunirmos com a Federação dos Trabalhadores e quero deixar aqui registrado em meu nome, na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário desta Casa, também dos Deputados que compareceram, a

satisfação de termos podido realizar esta reunião, das mais produtivas sim, das mais proveitosas, porque além de podermos colher importantes subsídios para nossa li-de, nesta Casa de Leis, foi-nos possível também estreitar os laços de amizade, laços de entendimento entre este Poder Legislativo e o Poder Representativo dos Trabalhadores do Meio Rural.

Fica o registro, de que o Bloco Agropecuário busca a cada dia, representar com dignidade e esforço os interesses políticos no setor produtivo do meio rural.

O Bloco Agropecuário continuará em 1988, a sua luta. Ontem mesmo, iniciamos uma reunião preparatória para o Fórum de Debates sobre o problema da pesca e de todas as questões a ela relacionadas em nosso Estado. O Bloco continuará trabalhando, porque no Estado do Paraná, nós temos que ter a nossa preocupação voltada para muitos setores mas, principalmente e especialmente, para os problemas oriundos do nosso meio rural.

Fica a nossa satisfação e o nosso agradecimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que tem propiciado a nós Parlamentares, integrantes desse Bloco, as condições necessárias para o seu perfeito funcionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, por cinco minutos, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário, Srs. Deputados. Ontem milhares de jovens saíram às ruas do Rio, São Paulo e em várias cidades brasileiras, protestando contra o aumento da mensalidade do ensino particular no meu País.

Eu tenho um filho de seis anos; quando ele começou a frequentar a escola, pagava mil e poucos cruzados, agora este mês, a mensalidade aumentou para nove mil cruzados; isto para uma criança de seis anos ao fazer o primeiro aninho.

Eu, com muito orgulho, sou um devedor do BNH. Tenho ainda muitos anos para pagar o apartamento em que moro, o qual pago Cz\$ 3.750,00 por mês e o síndico me apresentou uma conta este mês de nove mil cruzados.

Quer dizer, paga-se mais caro o síndico do que a prestação do próprio BNH.

E ontem ao analisar e ao ver de perto a procissão das emissoras de televisão do meu País transmitirem, sobre os jovens que, barraram os políticos para que não subissem ao palanque, cheguei a uma conclusão que os jovens do País estão acordando para a realidade.

Concluí ontem também, Srs. Deputados, que não são os partidos políticos, com todo o respeito ao PTB, ao PT, ao PMDB, meu Partido político, ao PDT, ao Partido Liberal, ao Partido da Frente Liberal, que vão solucionar os problemas da Nação brasileira.

O que vai solucionar o problema deste País são políticos que tenham vergonha na cara e que realmente se preocupem ou procurem se preocupar em seguir as suas cartilhas e a primordial de todas as cartilhas políticas da Nação brasileira, consta o ser humano como base e ontem, aliás, agora há pouco, o Deputado Algaci Túlio dizia que a Bancada do PMDB nesta Casa teria votado inclusive contra o requerimento.

Confesso ao Deputado Algaci Túlio que eu não estava em Plenário, no momento em que foi votado esse requerimento, senão votaria com muita satisfação, porque o Deputado Lindolfo Júnior de outro partido político nesta Casa, o PTB, também apresentou a mesma proposta e também foi aprovada.

Se eu votei com o PTB, poderia votar até com o PDT, porque o meu problema aqui não são definições partidárias. O meu problema aqui é votar de acordo com a minha consciência, caráter e com a minha maneira de ser.

Eu queria deixar registrado nesta Casa ao Líder da minha Bancada, que ontem parei para ver, meu Líder do PMDB nesta Casa, e digo também ao Líder do Governo nesta Casa, aos Deputados de todos os Partidos políticos, Deputado Nilton Barbosa, quando milhares de jovens do Brasil fizeram um grito de alerta contra a vergonha nacional, que é o aumento abusivo das mensalidades escolares neste País.

É uma afronta contra o ser humano, porque recebi a visita de um médico no meu Gabinete quando me dizia: "Alborghetti, do jeito que as coisas estão eu não tenho condições mais de pagar o colégio do meu filho".

E se não bastasse isso, Líder do meu PMDB, a situação está feia, realmente neste País, porque você entra numa farmácia o preço do medicamento é um, na outra, é outro. Você entra num supermercado o preço um, no outro é diferente.

Eu sou a favor, mesmo que os Srs. discordem de mim; que o Brasil pare imediatamente e que se convoque eleições gerais, desde o Presidente até o Vereador, porque o político que presta não tem medo das urnas neste País, como não tem o meu querido Domingos Scarpellini que tanto tem lutado aqui pelo problema da terra, com tantos outros políticos, Deputado Paulo Furiatti agora mesmo também defendendo seus interesses. Outros Deputados que estão aqui,

gostaria de falar o nome de todos, porque eu sou pela união e acreditem os Senhores, temos que repensar, repensar para que possamos dar um futuro garantido aos filhos do Paraná, aos filhos da Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, este Deputado estava inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao Deputado Domingos Scarpellini que, quando da sua inscrição para o Pequeno Expediente já tinha ultrapassado o número legal de inscritos. Sendo V.Exa., o de número sete.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Mas, um Deputado não usou da palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Todos a usaram: Deputado José Rogério, Algaci Túlio, Raul Lopes, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti e Luiz Carlos Alborghetti. Esta Presidência estava atenta ao vosso pedido Deputado.

Esta Presidência quer registrar a presença neste Plenário, dos representantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Umuarama, Luiz Cavallini, Geraldo da Silva, Marcos Roberto Simões, Eliseu Kloster, Victor Stech e Laércio de Souza.

Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso costume nesta Casa, é ouvir todos os pronunciamentos e discussões a respeito das matérias do mais alto interesse social para este Estado e também do nosso querido Brasil. É por isso, que ontem à tarde, nós sentimos uma tristeza imensa quando não foi aprovado o requerimento do Deputado Algaci Túlio que se referia às mensalidades escolares cobradas pelas escolas particulares, especialmente do Paraná.

Hoje, vimos também, que outro requerimento da mesma natureza foi aprovado, mas gostaria de esclarecer que nem sempre o teor de um requerimento é igual ao outro. Nem sempre um Deputado pensa igual ao outro.

Mas, os pais dos alunos das escolas particulares hoje, todos pensam a mesma coisa: como pagar as suas mensalidades?

É por isso, Deputado Algaci Túlio, que V.Exa. deve reivindicar, novamente, referido assunto.

O SR. ALGACI TÚLIO - V.Exa. me concede um aparte?

Muito obrigado Deputado Valderi Mendes Vilela. Em cima deste assunto, para deixar bem clara a situação. O requerimento que eu coloquei sobre a mesa, tinha a minha assinatura, bem como a do Deputado Pedro Tonelli, de pais, alunos e até de professores que compareceram ao debate realizado aqui na Assembleia Legislativa. O requerimento era de minha autoria apenas para dar sentido e forma para que pudesse juridicamente tramitar por esta Casa. Mas este meu documento foi apresentado e votado primeiro, e depois subscrito pelo Deputado Lindolfo Júnior. E era um documento que, como já disse na tribuna, anteriormente, visava valorizar esta Casa que, raramente, abre as suas portas para que o povo possa participar e as abriu naquela noite, para que pais e alunos pudessem participar e colocar suas posições. Era um manifesto importantíssimo e vou repetir esse requerimento hoje, porque considero uma afronta, e desmoralização para este Poder quando não se aprova requerimento da própria Casa. É inadmissível isso. Então, peço a compreensão dos Deputados do PMDB, vejam bem, a Presidente da Comissão é a Deputada Amélia Hruschka, sendo a mesma consultada por mim, justificou a sua ausência, transmitindo-me a Presidência. Ora, eu representava a Comissão de Educação nesta Casa, portanto, esse manifesto é do povo, dos pais de alunos, que esta Casa ontem, lamentavelmente, não votou e, depois de uns dez requerimentos foi apresentado o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior e salienta que não tenho nada contra, no qual faz-se uma análise genérica da situação. O meu era um manifesto, o pensamento, a posição tomada pelos pais de alunos numa reunião da Comissão de Educação. Daí, porque o meu protesto, a minha indignação com relação à posição tomada pelos membros da Bancada do PMDB que permaneceram na Assembleia ontem, até o final da sessão.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado Algaci Túlio, penso que o Líder da Bancada do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão, vai reexaminar esta matéria e tenho certeza de que orientará a sua Bancada; porque, representantes do povo, todos somos. E há interesse que se acabe de uma vez por todas o abuso que se comete contra os pais de alunos que, por um motivo ou outro, são obrigados a colocar seus filhos em escolas particulares. Mas, a respeito de um assunto, ontem, outra tristeza nos abateu. Enquanto as universidades e as faculdades particulares cobram taxas abusivas, a maioria deste Parlamento nega-

va o direito de se criar a Universidade de Umuarama, estendendo àquela Região, também os benefícios de uma educação gratuita. Por isso, é que nós não nos conformamos, às vezes, com tais matérias. Ficamos indignados de ver tal situação e por que Umuarama não merece universidade? E quero parabenizar o Deputado Nilton Barbosa que tanto lutou, juntamente com os Deputados daquela Região, para a sua criação. Umuarama, Deputado Nilton Barbosa, merece uma universidade. Vossa Excelência não deve parar de lutar aliado a outros Deputados da sua Região e também do Paraná para a implantação do ensino superior. É ponto de honra para os pais de alunos e ao parlamento.

O Sr. Rafael Greca - Deputado, permita-me um aparte?

(Assentimento).

É só para parabenizá-lo pela sua preocupação quanto a criação da Universidade de Umuarama, porque serve para nos aquecer ao grande debate da questão das universidades do Estado.

O Reitor da Universidade de Londrina, numa postura de extrema dignidade, veio a esta Casa e nos pediu uma CPI sobre a administração das Universidades Estaduais. Pretende o Senhor Reitor ir ao encontro do documento que está sobre minha mesa, porém, ainda não o estudei, mas encontra-se também sobre a mesa de todos os Deputados, onde o Secretário de Estado de Ensino Superior tece uma série de considerações a propósito da inconseqüência ou até da não necessidade de se ter no Estado, universidades fortes, bem remuneradas e autônomas que há, por exemplo, 101 turmas com um aluno só, na Universidade de Londrina. Diz, por exemplo, que há professores cate-dráticos que ganham demais.

Há quem diga que as universidades são ninhos de militantes de partidos políticos que não comungam com os donos do Poder. No entanto, imagino, impõe-se a esta Assembléia pela sua tradição em outro tempo, defender a educação e o ensino universitário. Porque, foi aqui, no tempo dos engratados, senhores da erva-mate, aqueles que não tinham nem vivido o processo da Revolução Industrial, os nossos avós, os nossos bisavós que, nos idos de 1912, sentados nesta Assembléia, deram toda a força para a comunidade curitibana criar a primeira Universidade do Brasil que é hoje, a Universidade Federal do Paraná, mas que foi em bom tempo e a seu tempo, a primeira do País.

Não pode, portanto, esta Assembléia, pela sua tradição, se fazer a "casa das trevas" e do obscurantismo. Também, não se entende o discurso do Poder; porque se eu puzar aqui da minha cartola o programa do

PMDB, veremos aqui um título inteiro a propósito da valorização do ensino universitário e da idéia da libertação do povo, da opressão, da ignorância, a partir da valorização e da autonomia das universidades.

Redita o Reitor de Londrina, ao pedir a CPI sobre a Universidade de Londrina, o gesto do valente Reitor da Universidade de Salamanca, D. Miguel Tomaz de Unamuno, que numa negra manhã de fascismo, quando as tropas de Franco aos gritos de "viva a morte e viva o partido único", invadiram aquela que é a mais antiga das Universidades da Espanha. Ele disse "não passarão" e teve a coragem de fazer um discurso em favor da vida, do ensino e das bandeiras generosas libertárias e belas, da libertação do povo pelo ensino e pela educação. Não sei se tem o Reitor da Universidade de Londrina o grau de civismo e de santidade de D. Miguel Tomaz que inclusive foi morto pelos fascistas, mas eu sei que tem esta Assembléia o necessário e o obrigatório compromisso com a luz no sentido de não mais fazer, diante dos olhos do povo do Paraná, o vexame que fez ontem, recusando a proposta do Deputado Nilton Barbosa que era uma miserável lei autorizatória, deixando ao Governador a possibilidade de um dia criar a Universidade de Umuarama. Eis aí e é pena que as nossas sessões não sejam transmitidas pela televisão para todo o Paraná, porque muitas vezes a televisão é só o espelho mágico da fábula da Branca de Neve. Fica dizendo que quem mora em palácio é o mais belo, o mais bonito e o melhor.

Era isto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte e ainda a respeito do assunto, gostaria de dizer que Vossa Excelência tem razão, Deputado Rafael Greca, porque a lei seria autorizatória. Sei que o Estado enfrenta problemas de ordem financeira, como todo o País. Mas, queremos acreditar que isto é passageiro, por isto se coloca muito bem Vossa Excelência quando disse que a lei era apenas autorizatória.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, bem como agradeço também nesta oportunidade o comentário que Vossa Excelência faz com relação à emenda que colocamos na mensagem do Governador, que cria a Universidade do Oeste do Estado. Na verdade, a nossa Região, que muito contribui para o Estado, não pode ficar sem o privilégio de ter uma Universidade, ou até mesmo uma extensão da Universidade Estadual de Maringá, para que tenha condições de acesso a nossa juventude.

Ainda hoje, tivemos o prazer de receber representantes dos diretórios acadêmicos das faculdades. Na audiência com o Governador Álvaro Dias, dizíamos da nossa posição. Sabemos a situação por que passa o Paraná e o País, mas alguém tem que se responsabilizar; precisamos saber se o Governo Estadual, ou o Governo Nacional.

Mas, deve-se oferecer condições do nosso jovem ter acesso à faculdade e foi conveniado com o Senhor Governador, que será formada uma comissão para que se faça um estudo e decorrente deste, chegar-se-á à conclusão da necessidade de sua criação ou se estende à Universidade Estadual de Maringá.

A nossa luta não pára aqui, continua. Quero ter o prazer, a alegria de contar com o apoio dos companheiros nesta Casa, como é o caso de Vossa Excelência, da Bancada da Oposição e alguns companheiros que têm votado conosco, embora alguns tenham passado pela região buscando votos e prometendo trabalho. Mas, na hora do "sim", na hora de defender a região somos nós mesmos, os verdadeiros defensores, porque somos de lá.

Por isso, quero contar com o apoio de Vossa Excelência e dos companheiros que estão interessados em continuar contribuindo, para que nós possamos levar a Umuarama, porque, com certeza, atenderá toda a região, a Universidade do Oeste do Estado.

Muito obrigado e obrigado pelo apoio que tem nos dado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e continuo afirmando, Deputado Nilton Barbosa, que da Bancada do PDT, este Projeto terá sempre o apoio incondicional. Se a mensagem vier do Senhor Governador criando a Universidade, nós votaremos a favor, porque entendemos ser necessária.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado, Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Apenas para reiterar o que ainda ontem, falei nesta Casa, ao votar contra o Veto do Senhor Governador ao artigo 8º do Projeto de Lei que, em consequência de emenda, nesta Casa, incluía a Faculdade de Umuarama, na Universidade do Oeste. Afirmando que um dos fatos mais importantes que levou este movimento de Umuarama e de todas as escolas de 3º grau do Estado do Paraná, foi a gratuidade de ensino de 3º grau que estabeleceu o Senhor Governador, por lei.

Agora, o estudante de Maringá, Ponta Grossa, Londrina, não vai pagar o seu curso superior nas escolas de 3º grau, mantidas pelo Estado, aliás, pelo Governo do

Estado. Enquanto que, as demais faculdades, em todos os diversos cursos de nível superior no Estado do Paraná são pagos.

Então, o Senhor Governador do Estado criou, para o seu Governo, parece-me que para o seu Partido e para o Estado do Paraná, um problema terrível. Como é que se pode discriminar quem estuda em Maringá daquele que estuda em Jandaia do Sul, União da Vitória e todos os cantos do Estado do Paraná? Não só o veto de Umuarama, porque não Umuarama, pois ainda, ontem, me referi à importância da economia daquela região na Receita do Estado, no desenvolvimento do Paraná. Por que não também depois, Paranavaí, Arapongas, Apucarana, todo o Estado? "Ah! Mas, isto, o ensino de 3º grau", pode me responder, "é obrigação do Governo Federal". Ora! Mas a iniciativa de se instituir a gratuidade foi do Senhor Governador, de livre e espontânea vontade sua.

Daí, eu parabenizo pela presença de Vossa Excelência na tribuna e reafirmar aqui voto da nossa Bancada em favor do PIC. Não somente o fato de Umuarama, em si, mas de todas as escolas de nível superior do Paraná.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem, ainda, elucidar mais, trazendo fatos, de que realmente não há discriminação, porque todos os estudantes do Paraná devem ser agraciados, e tratados com igualdade de condições. Aliás, é isto o que prevê a nossa Constituição.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Em tempo que se discute um congelamento ou uma diminuição do pagamento das antecipações salariais, recebemos em nosso gabinete uma comunicação vinda da Cidade de Cambará, onde um vereador trabalhando em benefício da sua comunidade, da sua gente, solicitava que fizéssemos um requerimento, através da Assembleia Legislativa, para saber do Senhor Presidente da SANEPAR, quais são os critérios que estabelecem a taxa de água e de esgoto para o consumidor.

Vejam bem, Senhor Presidente, e Senhores Deputados. Sabemos que no Paraná é o Estado, praticamente único da Federação, onde a taxa de esgoto é cobrada a base de 100% do valor consumido em água.

Sabemos e - disse muito bem outro dia, o Deputado Erondy Silvério, que a SANEPAR fixa os seus reajustes além da inflação, em tudo quanto é cálculo que é possível e imaginário. A SANEPAR antecipa o pagamento das taxas a ela devida. Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, especialmente o Líder da Bancada do PMDB, estamos fazendo um pedido de informação ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR para que se dê

conhecimento a esta Casa, porque em época que se fala sobre arrocho salarial, em redução de despesas, encurtamento do dinheiro, do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, a SANEPAR extrapola os limites em muito ...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado, evidentemente que vou votar favoravelmente ao seu requerimento. Entretanto acho, sem nenhum trocadilho, que Vossa Excelência está "chovendo no molhado", porque no início desta Legislatura, fiz idêntico pedido de informação ao ora formulado por Vossa Excelência e após 5 ou 6 meses, contrariando o que dispõe a Legislação, tive o desprazer de receber a resposta, onde o Presidente da SANEPAR, através do Secretário do Interior, justificava o custo da tarifa de água em Curitiba com uma afirmação da mais absurda: é que as despesas administrativas da SANEPAR, que a bem da verdade nós sabemos que a água é dádiva da natureza, de Deus ao homem, não custa nada. O que custa, é só o seu tratamento, além do custo dos produtos químicos empregados havendo as despesas administrativas que formam um peso muito grande na planilha de custos. Por quê? Porque há, como em toda a administração pública o super empreguismo, gente em excesso. Depois que o Partido Governista ganhou as eleições, "incharam" as folhas de vencimentos de todas as repartições públicas. Por isso, hoje vem o Governo e não pode efetivamente manter a URP.

Eu vi um cartaz há pouco, ali, de que o Partido Trabalhista Brasileiro é um Partido de aluguel. Nós vivemos em uma democracia. É o direito que cada um tem, em pensar desta forma. Acontece que o que o Governador Álvaro Dias precisava fazer, era demitir 30% do funcionalismo do Estado, que é excessivo. O bom funcionário é mal remunerado. Entretanto, o Estado suporta funcionários ociosos como tem neste Poder também, bem como a Prefeitura de Curitiba, a própria organização federal. Depois que a Nova República assumiu o poder contratou trezentos mil funcionários, o Estado do Paraná, mais de cinquenta mil, a Prefeitura de Curitiba dezoito mil, a Assembleia Legislativa um mil e tantos funcionários.

É evidente, que hoje a arrecadação não suporta a manutenção da URP, a SANEPAR não foge à regra, pois para uma inflação de 365% em 1987, as tarifas de água e esgoto, subiram 570%, porque as planilhas foram inchadas com despesas administrativas. E como a SANEPAR é monopolista, sendo uma empresa estatal que detém o monopólio do fornecimento de água, o povo tem que suportar essas tarifas fora da realidade.

Se fosse uma empresa privada que explorasse o serviço de água, estaríamos pagando 50% menos a sua tarifa; assim, é com energia elétrica e com os telefones.

Então, é o dedo do Estado que emprega esta gente que, ao invés de estar em suas repartições, vem aqui ofender os Partidos Políticos. O Estado empregando ociosos, faz agravar os problemas econômicos da Nação. Essa é a realidade que poucos têm a coragem de dizer.

Eu me parablenizo com o pronunciamento de Vossa Excelência, mas já o advirto, para a frustração daquilo que Vossa Excelência espera.

Vossa Excelência espera no desempenho bom do seu mandato, defender a população contra uma tarifa exorbitante, cobrada pela água e esgoto em todo o Estado do Paraná.

Mas, Vossa Excelência vai receber exatamente a resposta que recebi, é que as despesas administrativas da SANEPAR, aumentam de peso na planilha de custos enviados ao Ministério do Interior, que autoriza as elevações tarifárias de água e esgoto em todo o País.

Em todo o caso, vale o esforço de Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte nobre Deputado?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Na sequência nobre Deputado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Gostaria, nobre Deputado Erondy Silvério, inicialmente, de agradecer, porque concordo com todos os dados que Vossa Excelência trouxe a esta Casa. Vossa Excelência que é um Parlamentar altamente experimentado e já acostumado às grandes lutas em defesa do povo paranaense.

Mas o meu objetivo, nobre Deputado, é um comparativo entre a taxa de esgoto que se cobra, principalmente porque no interior falta muito tratamento de esgoto. Então hoje, para o Senhor têm uma idéia nobre Deputado, em São Paulo a taxa de esgoto é vinte por cento do que se consome na água. O total de água, 20%, refere-se a 20% a mais, em taxas de esgoto. Porque no Paraná é 100%? Gasto mil cruzados de água e tenho que pagar mil cruzados de esgoto? O interior, onde não existe em todos os Municípios tratamento de esgoto? Era esse o objetivo principal do meu pedido de informações, ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR.

Agradeço a Vossa Excelência e eu espero, que no futuro, possamos juntos conseguir melhorias para o nosso povo.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Valderi Mendes Vilela, Vossa Excelência traz um assunto importante a esta Casa. A "dona" SANEPAR como nós já classificamos, tem usado e abusado da população paranaense e em especial da população curitibana. Porque, pagar mil cruzados de esgoto e mil cruzados de água onde há esgoto, e água, ainda é suportável. O pior é pagar esgoto e água onde não existem ou quando vem suja, imunda, sem condições de se tomar.

E o que é pior, o excessivo gasto administrativo da SANEPAR nos deixa bastante preocupados, quando sabemos que nenhum plano foi feito de expansão da rede de água neste Estado, e se há, não foi executado; aí a minha pergunta. No dia 26 de outubro de 1987, encaminhei a esta Casa e também não houve resposta e a exemplo da demora que obteve o Deputado Erondy Silvério, a minha até agora nem veio ainda pois foi em outubro e já estamos em abril. Foram formulados 12 itens; queria saber qual é a explicação técnica que a barragem de Piraquara esteja se mostrando insuficiente para suprir as necessidades da Capital, considerando que quando de sua construção, a SANEPAR divulgou fartamente, matéria paga nos Jornais com o dinheiro do povo que atenderia à demanda de água até o ano 2.000. Estamos no ano de 1988 e está faltando água na cidade, desde há um mês atrás.

Qual a razão da não execução total do Projeto Piraquara, que incluía os Projetos de Miringuava e de Passaúna? Como é composta a receita da SANEPAR? O montante do capital de giro, e se tem havido expansão deste? Será que a SANEPAR é uma empresa deficitária? E, se é, como é que se justifica este déficit? E há uma série de perguntas que fiz aqui, e não haveria tempo dentro do seu espaço, de fazer tudo de novo.

Mas, domingo estive no Passaúna. A colônia polonesa vai ser eliminada do Paraná, em consequência da construção da Barragem de Passaúna, Tomás Coelho, quero dizer. O que é que está acontecendo lá? Desapropriaram e pagaram abaixo do custo a alguns, e não pagaram os outros ainda; então é uma situação difícil pela qual passa o pessoal de Tomás Coelho e Araucária, pelo não cumprimento das indenizações das terras férteis do cinturão verde do Estado do Paraná.

Era isso que eu queria, aqui, citar.
Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - A seguir, eu concedo aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Deputado Valderi Mendes Vilela, Vossa Excelência sabe

do meu posicionamento com relação ao Governo Álvaro Dias, porque sou um homem de Governo, e do Partido, mas tenho que fazer justiça; Vossa Excelência que é Deputado do Norte Pioneiro, como eu, tem razão ao afirmar que a SANEPAR está cobrando indevidamente taxa de esgoto. E, eu lhe dou o exemplo de uma cidade do Norte pioneiro, a Cidade de Jaboti; os seus moradores pagam taxa de esgoto e não recebem este tratamento para tal fim. De maneira que, Vossa Excelência tem o nosso apoio para este requerimento, e quero dizer mais, que o Senhor Presidente da SANEPAR é um homem insensível, não atende Deputado, e o Deputado Erondy Silvério tem razão, e está insensível às reivindicações desta Casa, e eu tenho que dizer isso, como homem de Governo que sou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu informo ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado, ou Vossa Excelência pode usar o tempo da Liderança.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - O tempo da Liderança será ocupado pelo nosso Líder, peço só um minuto para conclusão, que concedo ao nobre Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Valderi Mendes Vilela é só para dizer que todos estes problemas estão ligados ao PLANASA, o Plano Nacional de Saneamento, do tempo da ditadura, que o Deputado Domingos Scarpellini vive dizendo que defendo, nesta Casa. Muito bem, nesta Casa nunca defendi e também nunca defendi em minha vida. O PLANASA, não foi até hoje revogado, pois é este que manda cobrar esgoto, na mesma proporção da água que se consome ...

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Mas em São Paulo não é assim, Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu não sei o que os paulistas fizeram para driblar o PLANASA, mas na Câmara de Curitiba, o Vereador Algaci Túlio, José Gorski e eu, tentamos, no Governo do Senhor Maurício Fruet, fazer diminuir a taxa de esgoto, em relação à taxa de água e fomos derrotados, com o tal pretexto da inconstitucionalidade, e com o peso da grande Bancada do PMDB, que sempre age como rolo compressor, em cima dos interesses do povo, inclusive, pasmem Vossa Excelência para manter o PLANASA.
É só isso.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço ao nobre Presidente a concessão do minuto a mais.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Terminado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças, antes porém esta Presidência informa a presença, neste Plenário, do Professor Jesus Hernandes, de Maringá.

Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados: O Secretário Mário Pereira disse à imprensa e declarou, na Comissão de Constituição e Justiça, nesta Casa, que o Estado não tem arrecadação do ICM suficiente para pagar o funcionalismo.

Passa a ser o discurso da Nova República, que já envelheceu de 100 anos, a idéia de que é no salário do funcionário, no bolso do assalariado, que o patrão Estado vai conseguir encher as suas burras de dinheiro para resgatar a dívida com o FMI, e enfim, conter a inflação e levar este País à realidade de sonhos de todos nós, inclusive à realidade de sonhos do PMDB, dos tempos em que o Dr. Ulysses não era faraó, e dos tempos em que o governador Álvaro Dias era tribuno, jovem tribuno e autêntico tribuno.

Pois é. De repente, o Governo está gastando mal e permanece gastando mal. O déficit está descontrolado e a Assembléia o que faz? A Assembléia faz um substitutivo geral para tirar o Palácio Iguazu da sua enrascada, o qual mandou para esta Casa, uma lei inconstitucional, dizendo o seguinte: Que tudo, tudo o que diz respeito à política salarial do funcionalismo, fica ao arbítrio do Senhor Governador.

A Assembléia tem paredes de mármore branco. É até meio circular na sua forma. Terá o arquiteto sido profeta, ao trazer para a Assembléia a forma da bacia do Pilatos? Não é o que queremos.

Queremos discutir a política salarial do funcionalismo aqui dentro. Não queremos nem jarra, nem água, nem bacia, porque não queremos ter parte no sangue destes justos. Não vale a pena politicamente, humanitariamente e economicamente.

No tempo do plano cruzado, o que é que se dizia? Vocês vão ganhar em dólares. O cruzado é igual ao dólar. Eu me lembro do "out-door" do Senhor Álvaro Dias, Presidente do PMDB, na estrada de Piraquara, na porta do Carrefour, dizendo assim: "Agora sobra salário no fim do mês. Não sobra mais mês no fim do salário". Eu me lembro, lembro-me bem. Da mesma forma também, quando nos diziam que nós íamos ganhar na medida da Suíça, e ter o desenvolvimento do Japão. Era o Senhor Dilson Funaro o profeta do tempo. E eram as televisões e os vídeos com os vinte minutos de caráter

pretérito concedidos ao PMDB, construindo as grandes bancadas, a desta Assembléia e a do Congresso Nacional Constituinte, dando assento aos homens do Centrão, e a todos os outros homens que têm tanto lavado as mãos. Era este tempo.

O que é que está acontecendo hoje? Todos pagamos pelas OTNs e todos ganhamos pelo congelamento. Hoje, todos têm salários de Biafra e preços de Nova York. Nas escolas particulares também, mas não só nas escolas particulares, nós temos salários de Biafra e preços de Nova York.

Aplausos da galeria ao Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Mesa solicita à galeria que se mantenha em silêncio.

O SR. RAFAEL GRECA - Nós temos salários de Biafra Senhor Presidente e preços de Nova York no açougue Garmatter, ali, do lado da Igreja da Ordem. Nós temos salários de Biafra e preços de Nova York, na venda onde o miserável mais miserável dos miseráveis desta cidade, lá na extrema periferia desta cidade, ainda tenta ser fre-guês de caderno.

Nós temos salários de Biafra e preços de Nova York e aí é a grande imoralidade, porque isso rasga o discurso do Governo, rasga a mídia oficial, na conta da SANEPAR da COPEL, na prestação da casa própria do IPE, que aliás não faz casa para quem é pobre, pois zeladora de Grupo Escolar não consegue ter acesso ao programa habitacional do IPE, porque o programa habitacional do IPE, ora direis, ele é um programa habitacional de alto nível.

Pois bem: Quem comprará as casas do IPE depois que se consumir o que se arma nesta tarde, pelo texto do diário da Assembléia, numa emenda que se propõe à Assembléia, pelo discurso que vai abandonando o salário móvel e que vai achatando os salários. Quem as comprará? Não quero entrar no mérito se serão distribuídas entre os apaniguados do Partido, longe de mim tal acusação, deixa o PMDB de Maringá, esta mazela.

No entanto, há que se dizer, e dizer bem depressa: Nós somos os vice-campeões mundiais de inflação, Brasil vice-campeão do mundo. Quem é o campeão? É a Nicarágua. O que há na Nicarágua? A guerra civil. O que há na Nicarágua? O dedo dos Estados Unidos, a da pressão da política internacional, a violação de direito de autodeterminação dos povos, a guerra civil, o conflito social. E aqui se não há guerra civil, porque é que há inflação?

Ora, aqui há inflação, talvez porque o Ministro Paulo Brossard passe os fins de semana na sua fazenda, nas cochilhas do

Rio Grande, indo de jatinho oficial por conta da FAB, ao preço de 2 milhões de cruzados cada viagem. Aqui há inflação, porque é preciso transformar os vídeos do Paraná, de todas as televisões, e não há qualquer insinuação quanto ao processo comercial das televisões anunciarem, pois vendem o seu produto e o seu espaço, mas não para fazer programas sociais. As televisões são usadas para fazer o culto da personalidade, para fazer o panegírico retumbante, temos uma Secretária de panegírico. Sabem o que é panegírico? Os professores de português por certo sabem, há alguém que talvez não saiba, desculpe, é da minha formação católica. Panegírico, "é obrigação do Cardeal, quando um santo é elevado aos altares, de dizer das suas virtudes desmoralizando o advogado do diabo é permitir então, que se abra o quadro daquele santo, acima da cabeça de todos e bem alto, no teto de uma daquelas basílicas romanas, para dizer à comunidade dos cristãos e dos fiéis, que ninguém maior que ninguém, mais elevado, que ninguém mais perto da glória de Deus". No entanto, há que se dizer o Governador, cuidado com os artifícios do panegírico e cuidado com a Secretária do panegírico. Porque de repente, tudo esbarra na idéia do poder de compra e quando as pessoas perdem o poder de compra, o comércio não vende; quando vem a Páscoa, já não se compram ovos; quando há que se andar calçado, passa-se a andar descalço; quando há que se comer carne, deixa-se de se comer carne; quando há que se comer frango, para fazer uma canja, passa-se a fazer canja de fubá; quando há que se fazer a marmita do operário, faz-se a marmita só de arroz e nada mais do que arroz, quando já o ovo não se pode comprar. E daí quem é que não vende? Ora, não vende a vendedora de ovos, não vende o fazedor de calçados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O seu tempo encontra-se esgotado, 30 segundos apenas.

O SR. RAFAEL GRECA - Pensa que se está dando ao PMDB, que sempre ganha 02 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Presidência informa que deu 01 minuto ao colega do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - ...Só para concluir. Eu quero dizer, é importante para o Estado Senhor Presidente: de repente, não vende o vendedor de calçados, não vende o açougueiro, não vende o carpinteiro, não vende ninguém, daí não se arrecada ICM, e daí o que é que acontece? O País para para todos. De repente Senhor Presidente, e

Senhores Deputados, não a bacia de Pílatos, por favor não, pelo Paraná, para arrecadar ICM, para girar a economia e para nos tirar essa saudade do progresso, que está fazendo os brasileiros da classe média escaparem daqui.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência mais uma vez, solicita às galerias, que se mantenham em silêncio, para podermos cumprir o artigo 119, e se esta não permanecer em silêncio, esta Presidência tomará medidas enérgicas para pedir a retirada de ambos. Solicito mais uma vez, encarecidamente, aos Senhores das galerias que permaneçam em silêncio, caso contrário, irei pedir para que se retirem, é a última vez que essa Presidência solicita aos Senhores.

Esta Presidência, informa para aqueles que desconhecem o artigo 119: "qualquer pessoa poderá assistir as sessões das galerias, que esteja desarmada e guarde o maior silêncio, sem dar sinal de aplauso ou reprovação ao que se passar na Assembléia. Portanto, solicito que seja cumprido este regulamento".

Ainda no horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT. Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores colegas Parlamentares, demais presentes a este ato importante de hoje, ainda certamente o tema principal será a decisão sobre o futuro alegre ou triste de grande parte da população paranaense, os seus servidores públicos, 180 mil trabalhadores paranaense verão a alegria ou a tristeza a partir do bom senso nesta data.

Certamente a preocupação maior neste dia é aquela já manifestada por muitos companheiros Parlamentares nesta tribuna, e que oportunamente procuraremos em nome do Partido dos Trabalhadores aprofundar e colocar à discussão e apreciação dos demais partidos e dos demais Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. Mas outro motivo que eu gostaria de indagar a esta Casa Legislativa é o motivo da negação não só no dia de ontem mas também em sessões passadas, quando através de requerimento solicitávamos a transcrição nos Anais da Assembléia da famosa carta de Paranaquá. Por isso nessa data tenho a satisfação em nome da comunidade da família universitária, um dos últimos redutos democráticos que ainda resistem nesse País, gostaria de ler para que ficasse transcrita nos Anais desta Casa para talvez na próxima semana, e daqui há 50 anos ficasse registrado na história política paranaense um velho tempo de maior ditadura neste País. (Lê):

CARTA DE PARANAGUÁ

A criação da Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, há apenas um ano transformou-se, neste curto espaço de tempo, em pesadelo sem precedentes na história das Instituições de Ensino Superior deste Estado.

O Senhor Secretário, homem alheio ao diálogo, não reconhece as instâncias de deliberação democráticas destas instituições e teima em, via decreto, criar um ensino superior subjugado a seu poder de decisão e provocar mudanças radicais na estrutura e organização das Instituições Estaduais de Ensino Superior, cerceando todos e quaisquer ações deliberativas destas Instituições, delegando a um Conselho Diretor, formado em sua maioria por membros do governo e por ele presidido, todas as decisões essenciais.

Esta tentativa é apenas a mais recente, já que sucede a outras três de cunho igualmente arbitrário e autoritário, a saber: Decreto 248 e Decreto 249, tentativa de regionalização das IES e de criar carreira docente e quadro de funcionários técnico-administrativos de cunho retrógrado, também por decreto. Todas essas tentativas foram prontamente rechaçadas pela pronta e ampla mobilização das comunidades universitárias, setores representativos da sociedade e, no caso dos Decretos 248 e 249, pela Assembléia Legislativa do Estado, que confirmou os direitos constitucionais destas Instituições contra os decretos.

O Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná, por deliberação do 3º Encontro das Instituições de Ensino Superior, em Paranaguá, em 17, 18 e 19 de março de 1988 e amplamente respaldado pelas deliberações tomadas pelas comunidades destas Instituições, diante da ameaça representada pela minuta de decreto ora em tramitação no Governo do Estado, vem a público manifestar sua firme decisão de enfrentar este tipo de prática governamental. Reiteramos que não há outra política que não seja a do reforço da democracia interna destas Instituições e do respeito à sua autonomia, para que se tenha um Ensino Superior competente e crítico, que cumpra seu papel gerador de conhecimentos e formador de profissionais qualificados e comprometidos com a realidade nacional e com as necessidades da população brasileira.

Investir contra a liberdade das Instituições de Ensino Superior, para subjugá-las, tem sido, através da história, o preâmbulo das ditaduras.

As entidades presentes ao 3º Encontro, representativas de docentes, alunos, funcionários técnico-administrativos e administradores de 15 Instituições de Ensino Superior do Paraná, reiteram seu compro-

misso de lutar para manter as prerrogativas constitucionais do Ensino Superior deste Estado, contra a intervenção e a dissociação de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela manutenção das instâncias deliberativas de suas Instituições e pelo ensino público, gratuito, de qualidade em instituições autônomas, democráticas e competentes.

Universidades:

FUEL - Londrina
FUEM - Maringá
FUEPG - Ponta Grossa
UNIOESTE - FECIVEL - Cascavel
FACIMAR - Mal. Cândido Rondon
FACITOL - Toledo
FACISA - Foz do Iguaçu

Faculdades Isoladas:

FUNFAFI - Paranaguá
FAFIG - Guarapuava
FAFI - União da Vitória
FEEFJ - Jacarezinho
FAFIJA - Jacarezinho
FUNDINOP - Jacarezinho
FAFI - Cornélio Procopio
FACILCAM - Campo Mourão

Associações:

ANDES - APIES - ADUEM - AFUEM - AFUEL - APETEC - APESG - AFAG - APUPPR - SINDROPAR - SINTEEMAR - SINDIPROL - SAAEL - DCE Paranaguá - DCE Cascavel - DCE Toledo - DAF Guarapuava.

Creio eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não ficou claro para este Plenário o motivo pelo qual a Bancada Governista deixou de aprovar a transcrição nos Anais desta Casa e eu faço no Horário do Partido dos Trabalhadores, porque é preciso, é preciso que a história desta Casa registre as contradições que existem hoje entre o povo e o Governo, que se diz representar. Porque, daqui a cinquenta anos, certamente, teremos um testemunho de que este Governo foi um dos mais autoritários que a história do Paraná já teve.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Basílio Zambusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós apresentamos ontem, à Mesa, requerimento pedindo que esta Casa oficie ao Senhor Governador, solicitando que ele informe à Assembléia Legislativa os fatos que culminaram com o episódio da concorrência das obras de Salto Segredo, promovido pela COPEL.

As notícias que temos, são aquelas veiculadas na imprensa do Estado, certamente o Senhor Governador do Estado, assessorado pela COPEL, terá informações mais detalhadas para que esse Deputado, para que a Assembléia conheça todos os pormenores que levaram a COPEL a não aceitar a forma como foi conduzida e concluída a concorrência para as obras de Salto Segredo.

O Deputado Paulo Furiatti, comunicou à Casa, no Pequeno Expediente, que deve apresentar nos próximos dias, requerimento neste sentido ou solicitará a presença do Presidente da COPEL nesta Casa, transformando-a, assim entendi, numa Comissão Geral.

Votarei na proposta do Deputado Paulo Furiatti, mas também peço a Sua Excelência e a sua Bancada, que vote o meu requerimento, para que essas informações que Vossa Excelência busca, nos sejam trazidas a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, já que, recentemente, esta Casa aprovou mensagem do Executivo autorizando a contrair empréstimo de uma só vez, de 600 milhões de dólares para Salto Segredo. São muitos milhões de dólares que estão envolvidos nesta obra fantástica e necessária de Salto Segredo. O Paraná não pode prescindir, de nenhuma força geradora de energia elétrica a custo de zero, que é aquela movida e promovida a água, mas por outro lado, e preciso que esta Casa conheça como as coisas estão andando nesta obra, que apenas está a se iniciar.

Também, gostaria de fazer, no Horário das Lideranças, e faço agora, um esclarecimento acerca da Convenção Regional do Partido da Frente Liberal, que aconteceu domingo passado dia 10, nas dependências desta Casa.

O Deputado Alceni Guerra, foi reconduzido à Presidência do Diretório Regional do meu Partido, por decisão dos membros do Diretório. Dois dias antes ou mesmo na véspera da Convenção, o Deputado Alceni Guerra manifestou, por mais de uma vez, que deixaria de concorrer à Presidência, porque ele não havia conseguido até então o consenso do nosso Partido, da mesma forma que nos foi possível elaborar apenas uma chapa para o Diretório Nacional, que é constituído de 70 nomes. O partido procurou através de suas Lideranças, também consenso para apresentação de chapa para

Comissão Executiva do Partido e muito especialmente para Presidência.

Como até as vésperas, não havia sido possível, realmente o Deputado Alceni Guerra manifestou, que deixava de concorrer.

Ocorre, Senhores Deputados, que ainda domingo, durante a eleição do Diretório, pouco antes das 5 horas da tarde quando encerrava-se a votação, um grupo de amigos, lideranças, basicamente do interior decidiram apresentar uma chapa para concorrer a eleição da Comissão Executiva tendo Alceni Guerra na Presidência.

Aí foi quando até aqueles instantes a candidatura do ilustre Deputado Airton Cordeiro havia sido consultada, lembrada, convidada para compor uma chapa de consenso, de pacificação, uma chapa única, deixou de existir então, a partir do momento em que algumas lideranças, membros integrantes do Partido, Deputados ou não, quando subscreveram uma chapa com Alceni Guerra na Presidência não havia mais candidatura de consenso.

Portanto, o Deputado Airton Cordeiro, que é o candidato natural do Partido à Prefeitura Municipal de Curitiba, não teve seu nome em nenhum momento em apreciação, se devia ou não disputar a Presidência, porque a sua candidatura, desde quando fora lembrada, somente houvera sido proposta no caso de consenso e pouco antes então, repetindo, antes de encerrar a votação da convenção fora apresentada a chapa tendo Alceni Guerra como candidato a Presidente.

Daí, então, deixando de existir, naturalmente, a candidatura de Airton Cordeiro ou de qualquer companheiro nosso de consenso.

Portanto, feita a observação apenas uma chapa foi apresentada que foi provavelmente resultado das reuniões regionais que o PFL promoveu em quase todo o Estado do Paraná e que as bases dos nossos companheiros do interior...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo que seu tempo está esgotado. O Senhor tem 30 segundos para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ...manifestarem-se em todas as oportunidades para que o Partido, não se rompesse, porque já àquela altura não era mais possível afastar-se, quanto mais possível, do Governo Federal.

Provavelmente o que tenha prevalecido na convenção do Partido não foi nenhuma divergência política ou pessoal entre companheiros nossos, mas foi a manifestação, o descontentamento dos nossos companheiros do interior em relação ao Governo Federal.

Muito obrigado.

Assume a Presidência o Senhor Deputado

Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PMDB. Com a palavra ao Deputado Domingos ScarPELLINI.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu consulto essa Presidência se o PMDB já não foi chamado para usar o seu horário e pelo que percebo foi declinado o Horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está confundindo alhos com bugalhos. Foi chamado o PTB. Com a palavra a representação do...

O Sr. Pedro Tonelli - Foi chamado o PMDB, sim Senhor.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos assistido o desfile que fazem alguns Parlamentares em defesa dos trabalhadores, em defesa de uma melhor qualidade de vida para a nossa população.

Da voz doce, que de tão doce vai adoçar a água do mar, nós temos visto a presença de Deputados a cobrar do Governo do Estado aquilo que deixaram de fazer quando estiveram no Governo.

Eu gostaria de ter visto o ilustre Governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, dar, o reajuste salarial que o seu Líder defende para que seja implantado aqui no Estado do Paraná.

Eu gostaria de ver na Prefeitura de Fortaleza a implantação do salário que o Líder do PT defende para os trabalhadores do Estado do Paraná. Eu gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de ver um exemplo concreto que vai além da palavra fácil e doce para a prática. Porque Senhor Presidente e Senhores Deputados, bem cedo os homens se reúnem. Em casa, depois nas creches, nas escolas, nos colégios, nas universidades, nas fábricas, nas áreas de convivência pública, nos campos de futebol, nos ginásios de desportos, nas ruas, nas igrejas e nas assembleias. Se reúnem para nesta convivência, procurar fazer com que a vida coletiva ofereça ao homem, isoladamente, mais condições de viver, que ofereça aos homens o melhor entendimento sobre as coisas da vida. Porque isoladamente é difícil, e isoladamente se torna impossível de viver.

Os homens buscam através do coletivo uma melhor qualidade de vida através da fraternidade humana, através do relacionamento entre os povos do mundo: de raças diferentes de credos diferentes, mas, que, no fundo, a grande maioria, busca, através do entendimento o bem estar social de todos os povos.

Aqui nós ouvimos falar na tal "bacia de Pilatos" que seria um instrumento que o Governador estaria usando para sozinho, fazer os reajustes, ou deixar de fazer os reajustes. Ouvimos falar de tal "bacia de Pilatos" pela boca do ilustre Deputado Rafael Greca. Agora eu ouvi falar da "bacia de Pilatos" como vi também o cacetete, o camburão e as botas dos soldados do governo que o Senhor defendeu - na rua e na Câmara de Curitiba, prendendo e batendo em professores no Centro Cívico, Deputado Rafael Greca.

Estas eu não ouvi falar, estas eu vi acontecer. Ilustre povo de Curitiba e do Paraná, é preciso que se faça um exercício de memória. É preciso que se abra a cortina do passado para termos um quadro real daquilo que vem acontecendo no nosso Estado. Eu vi o Ilustre Deputado Rafael Greca defender os trabalhadores do Paraná. Muito justo. Mas nunca vi o Deputado Rafael Greca combater o inchago das companhias que foram inchadas através dos momentos eleitorais do Partido que o Senhor pertenceu, do PDS e da ARENA.

Não vi o Senhor combater aquelas nomeações de afilhados políticos, que era praxe do seu Governo e que agora é proibido processar tal prática. Eu nunca vi, nos governos que o Senhor defendeu, ir alguém para a cadeia por corrupção e, no entanto, neste Governo de Álvaro Dias, aqueles que estão utilizando mal o dinheiro do povo estão sendo punidos.

O Sr. Rafael Greca - Quem?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso que se faça realmente um balanço da situação e do momento que estamos vivendo. E gostaria de ver o Senhor e o seu Líder político aliados para uma luta que a sociedade civil brasileira precisam encetar.

Enquanto o Ministro do Exército está defendendo o aumento do efetivo de 280 mil soldados para 400 mil, eu não ouvi a sua voz aqui para combater mais esse absurdo que se tenta fazer. É preciso que se levantem as vozes da democracia para se acabar com esses abusos que se cometem contra os verdadeiros trabalhadores do nosso País.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Domingos ScarPELLINI, eu gostaria de ter um aparte para lhe dizer que eu tinha 12 anos quando foi editado o Ato-5 e que jamais o defendi.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Quando foi editado o Ato-5 eu tinha 16 anos, só que não morava na mesma cidade que o Senhor.

Eu gostaria de dizer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Senhor disse que ninguém compra a casa do IPE agora. Eu quero saber quem foi que comprou no tempo dos governos que o Senhor defendeu se nem programa tinha de casas do IPE naquela época. Eu gostaria de perguntar...

O SR. Rafael Greca - O Senhor não vai me transformar num Deputado do pretérito. Eu pretendo analisar o presente e o futuro, meu nobre Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu pretendo analisar o futuro, mas quero olhar o passado para ter um referencial porque se não correremos o risco de ver repetidos no futuro os erros do passado.

Portanto, Senhor Presidente, eu estou com a palavra e eu peço ao ilustre Deputado que frequentou as melhores universidades, que viajou pelos países mais desenvolvidos do mundo que respeite esse humilde representante de Apucarana...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrado o seu horário, meu nobre Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI- Um minuto para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- 30 segundos.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, eu gostaria de, ao concluir, dizer que ninguém quer apenas falar do passado, mas nós temos que nos espelhar naquilo que aconteceu no passado para não vermos repetido no futuro as mesmas desgraças e os mesmos momentos difíceis que esta Nação presenciou.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando que a Sessão Ordinária já marcada para o período da manhã do dia 14 do corrente mês, seja realizada no período da tarde, bem como para que a sessão Extraordinária venha a realizar-se logo após o término da Sessão Ordinária. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO -(Pela Ordem)- Esta é uma velha reivindicação das Bancadas de Oposição para que as sessões das quintas-feiras voltem para o período da tarde

para que possam ser melhor aproveitadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anulado o pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA- Senhor Presidente, gostaria de fazer um requerimento verbal. Gostaria de pedir preferência para 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 55/88, de autoria do Poder Executivo, que quer redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não é necessário que Vossa Excelência faça o requerimento verbal, porque já se encontra sobre a Mesa requerimento escrito.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 55/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 43/88. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de votação acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 55/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 43/88), que objetiva alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 8.592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos para redefinir a política de reajuste de vencimentos do funcionalismo público estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.R.H., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA ADITIVA da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 055/88

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 43/88, tem por

finalidade alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 8.592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator apresentou uma emenda substitutiva geral.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à aprovação do mesmo, na forma da Emenda Geral Substitutiva apresentada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) NELSON VASCONCELLOS- Presidente
ANTÔNIO BARBARA- Relator.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 3 (três), de autoria dos Senhores Deputados Nestor Baptista, Antônio Belinati e Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 55/88**

Art. 2º- Acrescenta-se ao art. 2º após a expressão integrantes da Polícia Militar, assim como aos servidores das Entidades da Administração Indireta definidas no Art. 7º indicadas no Artigo 112, ou criadas pelo Artigo 114 da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987.

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Apoiamto: Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Ferrari Júnior, Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão, 1 ilegível.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.**

No Art. 3º- Onde se lê "A partir de 1º de abril, LEIA-SE "A partir de 1º de maio de 1988".

Sala das Sessões, em 13.04.88.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Antonio Costenaro Neto, Rafael Greca, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli, Algaci Túlio.

**EMENDA ADITIVA E SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 03**

INCLUA-SE ONDE COUBER:

Art. 1º- As alterações salariais bem como as antecipações salariais serão fixa-

das através de Lei.

Art. 2º- A antecipação salarial prevista na Lei Federal com base na URP será devida a todos os servidores públicos estaduais, cujos salários não ultrapassem a Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados).

Art.3º- Para os salários não contemplados pelo artigo anterior, a antecipação do reajuste fica congelada por 02 (dois) meses, e após esse período deverá ser pago a todos os servidores estaduais.

Art. 4º- As disposições estabelecidas nessa Lei não terá efeito retroativo.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13. 04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Apoiamto: Antônio Costenaro Neto, João Arruda, Algaci Túlio, José Afonso Júnior, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Pedro Tonelli.

O SR. DIRCEU MANFRINATO- Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Antes põem a Mesa vai submeter a voto o requerimento do Deputado Rafael Greca, que solicita retirada da Ordem do Dia, por 2 sessões, do Projeto nº 55/88.

O SR. RAFAEL GRECA - Não, não. Retiro este requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Considerado. Em discussão o Projeto 55/88.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Deputado Dirceu Manfrinato está com a palavra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Inscrevo-me para discutir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Inscrevo-me para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - Inscrevo-me para discutir.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Inscrevo-me para discutir.

O SR. RAFAEL GRECA - Inscrevo-me para discutir.

O SR. RAUL LOPES - Inscrevo-me para discutir.

O SR. PAULO FURIATTI - Inscrevo-me para discutir.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Inscrevo-me

para discutir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Inscrevo-me para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Deputados Nestor Baptista, Algaci Túlio, Basílio Zarusso, Pedro Tonelli, Valderi Mendes Vilela, Rafael Greca, Raul Lopes, Paulo Furiatti, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, todos estão inscritos para falar.

O Deputado Dirceu Manfrinato tem a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, apenas para título de informação solicito quantos minutos teríamos para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Na fase de discussão 60 minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores e Senhoras assistentes deste Poder Legislativo.

Ao concorrermos a uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná, estávamos conscientes do caminho que teríamos que percorrer e das responsabilidades que iríamos assumir.

Certo desta responsabilidade, colocamos o nosso nome em julgamento no Estado do Paraná através da população do meu Estado e graças à compreensão de 31 mil e 500 eleitores deste Estado, chegamos a esta Assembleia Legislativa do Paraná, a que tenho muito respeito.

Sabedor das dificuldades e dos compromissos, mesmo assim indicado pelo Governo do Paraná a seu vice-Líder. Aceitamos esta responsabilidade, também, no dever de defender o povo do Paraná e defender o Governo do Paraná. Certo de que não vinha à Assembleia Legislativa do Paraná a vender aos paranaenses, ilusões. Vim consciente para dizer a verdade, mesmo sofrendo os maiores sacrifícios ou passando pelas maiores consequências. Sei da luta que travamos desde jovem, a enfrentar o regime ditatorial. Um regime que sofreu pelos ombros a penalidade da injustiça, mas mesmo assim, não me curvei durante a minha caminhada. Muitos e muitos tombaram na caminhada e muitos resistiram, como resistiu o jovem Governador do Paraná, Álvaro Dias.

Graças a este jovem Líder do passado e Líder no presente e tenho certeza, Líder no futuro, graças a este jovem o Paraná vem conquistando espaços dentro do extinto MDB. Enfrentando as maiores turbulências, os maiores problemas, Álvaro Dias chegou ao Governo do Paraná. E cabe dizer neste

instante, chegou ao Governo com a maior experiência, através da sua vida pública. Chegou ao Governo com a marca registrada, que é esta marca de Álvaro Dias, ela é inviolável porque é a marca da honestidade e a marca da responsabilidade.

E se hoje atravessamos alguns problemas é porque não queremos vender ilusões, como venderam no passado. Venderam no passado uma imagem ao povo brasileiro, através da imprensa brasileira. E quando na realidade o Brasil já estava indo ao caos. O País atravessava as maiores dificuldades, mas para que não aparecesse à população do Brasil o que o País sentia e passava, cada dia mais se contraiu empréstimos fora deste, para continuarem vendendo uma imagem negativa ao povo brasileiro. E não de saber e de sentir todos os brasileiros, em especial aos paranaenses, e ao povo do Paraná que represento, de que nós temos que estar preparados. Não só a classe política, mas toda a população brasileira, em todos os segmentos da sociedade, em que as medidas tomadas pelo Governo do Paraná, são medidas sérias, mesmo sabendo que ainda tem pela frente três anos de Governo, e seria muito cômodo ao Governador Álvaro Dias, endividar o nosso Estado, como fizeram com o nosso Brasil, para tomar medidas paliativas de interesse dos funcionários públicos do nosso Estado, e cada vez mais, massacrar e afundar a família dos funcionários públicos do Paraná.

Se esta medida hoje requer, de todos nós um pouco de sacrifício e de colaboração com o Governo, esta medida haverá de refletir no futuro e temos certeza que na consciência de cada funcionário público, um dia dirão: "Parabéns Governador Álvaro Dias, porque o Paraná hoje é um Estado da Federação, fortalecido", é um Estado onde os seus funcionários são respeitados e em outros Estados da Federação, lamentavelmente, não será como no Paraná.

Eu não me preocupo com vaías, quero adiantar a vocês. Eu recebo do Governo, politicamente, os ônus, mas temos ônus porque atendo a população da minha Região.

(Manifestação nas galerias).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita às galerias que se conservem em silêncio, a fim de que os Senhores Deputados possam fazer os seus pronunciamentos.

É o apelo que eu faço às galerias.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Nunca me preocupe com vaías e quero refrescar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesse momento, a memória de todos os paranaenses. Aqui nós temos Deputados da Oposição, em especial o Deputado Pedro Tonelli do PT que tira proveito das greves, que tira

proveito do movimento dos trabalhadores para a sua sustentação política, mas eu faço um comparativo nesse instante.

Eu que nunca fui demagogo, não utilizei desses artifícios da minha vida pública, e não tive tempo, durante a minha caminhada política, de ficar instigando os funcionários para greve, ao contrário. Ao contrário, o PMDB venceu as eleições no Estado do Paraná com 37 Deputados Estaduais, fez 2 Senadores, fez o Governo que aí está, exatamente num episódio de greve no Paraná. Quando o Senhor Pedro Tonelli instigava as greves, tentando faturar politicamente, fez apenas 11 mil votos para ser Deputado. Enquanto este Deputado estava pedindo aos professores, na minha região, que o importante era a conversação com o Governo e não as medidas afluivas e as medidas ilegais, nós fizemos 31 mil e 500 votos no Paraná.

Respeito a posição de todos os Senhores Deputados. Cada um de nós tem o seu estilo político. Na medida em que respeito, posso afirmar de que tanto se falou através do ilustre Deputado Rafael Greca; fala tanto em Deus, mas esquece de dizer que Jesus que ofereceu a esta terra e que ofereceu a vocês e que oferece a todo povo do Paraná e do Brasil o origênio para que possamos respirar, morreu de braços abertos numa cruz e não ficou de braços cruzados ao ver a população brasileira, do seu País e do mundo, caminhando para as injustiças que tanto fez.

E não é o momento do País e do Paraná, de todos os brasileiros cruzarem os braços. Esta responsabilidade cabe a todos nós, uma responsabilidade de defender um Brasil, não só no presente, mas defender um Brasil também para os nossos filhos.

Eu concedo aparte, primeiramente, ilustre Deputado Domingos Scarpellini, ao Deputado Antônio Costenaro Neto, em seguida a Vossa Excelência.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, nós discordamos de Vossa Excelência, quando neste momento usa a tribuna, para dizer da grandeza do Governador Álvaro Dias, nesse ato, com relação ao Projeto n. 55/88.

Nós discordamos e não entendemos, como Vossa Excelência ainda tem a coragem de defender veemente, um projeto dessa natureza.

Eu diria ainda há pouco, comentando com um nobre companheiro, que eu considero que os Deputados do PMDB, estão sendo colocados numa situação vexatória, humilhante, de grande dificuldade. Principalmente porque foi a grande massa eleitoreira do Paraná, que transformou essa Casa de Leis, num Partido Único, deixando a Bancada das Oposições, minoritárias. Naturalmente,

quando acontecem fatos como esse, faz um Governo, o Governador Álvaro Dias, com que o povo que elegeu e a grande Bancada, fiquem aqui quase que sem representantes.

Porque a Bancada das Oposições, significa muito pouco, temos uma grande vontade, e reconhecemos que a bancada do PMDB, composta de homens de valor, reconhecido por todo o Estado do Paraná, senão aqui não estavam, ficam submetidos a uma humilhação, quando têm que aprovar projetos, desta natureza, sob pressão do Governo. Porque o Governo já ganhou muito, postergando o aumento do funcionalismo, enviando projeto para à Assembléia Legislativa. Acredito eu, na ordem de um bilhão de cruzados, com atraso de um mês.

E, talvez se esta Casa, titubear, novamente ficam Vossas Excelências os Deputados do PMDB e os Deputados da Oposição, com a culpa de mais um mês de atraso. Aí, são 2 milhões de cruzados que ficam nos cofres do Governo.

Se não ficam, é porque o Governo não tem, mas isso é responsabilidade do Poder Executivo.

Nós Parlamentares não temos o direito, de destinar as obras, edificar obras, inaugurá-las, colocar placas, o Executivo tem. Então também o Executivo deve ter a responsabilidade de cumprir seus compromissos. Se não tem o dinheiro, buscar onde puder, nos meios de crédito. E o Governador Álvaro Dias, que é um homem que tem apoiado, manifestado insistentemente o seu apoio ao Presidente José Sarney, de forma nenhuma, não poderia deixar de solicitar ao Presidente da República, recursos para atender a necessidade do funcionalismo público do Paraná.

E eu acredito também, que o Governo vai atender, e vai acabar pagando todos os direitos que o funcionalismo tem.

Mas, depois que esta Casa lhe conceder através desse projeto de lei, o direito de legislar por decreto. Porque as benesses, a bondade, de resolver atender a necessidade do funcionalismo público do Paraná, ficará, única e exclusivamente, nas mãos do Governador do Estado, que se promove insistentemente na opinião pública.

E esta Casa, fica vedada do direito de legislar nos momentos oportunos de defender o seu povo.

Esta é a minha opinião, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e diria que tudo, para a Oposição neste Poder Legislativo, é responsabilidade do PMDB.

O mesmo direito que o PMDB deu aos seus cento e poucos candidatos, para Deputado Estadual, no Paraná, o mesmo direito que o Tribunal Regional Eleitoral deu ao

PMDB, deu também ao Partido de Vossa Excelência, se vocês não tiveram como fazer maioria, neste Legislativo, não é o Deputado Dirceu Manfrinato, nem o Partido que ele representa que é responsável.

Deputado Domingos Scarpellini, com a palavra.

O Sr. Domingos Scarpellini - Ilustre Deputado, eu vou usar deste aparte para trazer um assunto que não está ligado diretamente ao seu pronunciamento, mas que não poderia deixar de ser registrado, nesta Casa.

Eu estou vendo uma faixa, lá em cima que diz: "Jovens votam aos 16 anos. Vocês sabem nas mãos de quem estão estes votos?" Esta faixa está sendo segurada, está sendo mostrada a este Parlamento, como uma maneira de ameaçar os Deputados que aqui estão, de que se não dermos aos professores que estão segurando aquela faixa o reajuste salarial que eles querem, certamente eles vão conduzir os jovens de 16 anos para votar contra o PMDB, para votar contra os Deputados que aqui estão defedendo o programa e o Projeto do Governo.

Eu quero dizer que é uma maneira muito barata de oferecer alguma coisa à alguém! Eu, que sempre combati a chantagem, que sempre combati o abuso do poder econômico, que sempre grassei nas eleições, não poderia deixar de registrar mais esta maneira de se chantagear o político, o Deputado, ou quem quer que seja!

A democracia permite as manifestações de todas as maneiras, mas, eu gostaria de dizer aos ilustres mestres, que esta não é uma maneira inteligente de se manifestar! E, que as senhoras, como professoras de nossos filhos, de nossos irmãos que estão na escola poderiam se manifestar de uma maneira um pouco mais inteligente para alcançar os seus objetivos!

É o que eu queria dizer, ilustre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e informo dizendo que discordo, em parte de Vossa Excelência, uma vez que os jovens de hoje são jovens que saberão caminhar no amanhã, principalmente aqui no Paraná, onde existe um Governo preocupado com o futuro e com os jovens de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, pela ordem de inscrições, o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os meus respeitos à platéia democrática, que faz pressão. Isso é democrático!

Eu venho aqui para dizer o seguinte: a URP, a Unidade de Referência de Preços, foi paga até agora, por dois Estados, Paraná e Bahia, e até agora o Governo Federal vinha pagando, mas congelou. Os outros Estados não pagaram!

Veio uma Mensagem do Governador Álvaro Dias, para a Assembleia Legislativa, vinculando a URP aos índices do ICM.

Feitos os cálculos, concluiu-se que os funcionários receberiam 1,8% em março. Os funcionários chiaram, pressionaram as Associações. A Bancada do PMDB se reuniu com o Governador e se discutiu a questão do aumento salarial, do aumento não, da correção, e ainda com problema.

Acontece que a discussão tem sido até agora, pelo menos no meu entendimento, como se o Estado do Paraná fosse liquidar a URP, não fosse dar a URP. Isso não é verdade.

Há um acordo com o Governador, e quero aqui justificar o meu voto à emenda que vai ser votada hoje. Há um entendimento político entre o Governador com a Bancada e o Partido, e isto vai ser cumprido. O entendimento é o seguinte: o Governo do Estado vai pagar a URP de março integral até 10 salários-mínimos de referência, Cz\$ 49 mil. Em abril, o Governo do Estado vai pagar a URP integral até dez salários-mínimos de referência de 49 a 149 haverá um escalonamento de 1 em 1%. Este é o compromisso.

Portanto, 90% dos funcionários que estão na faixa até 49 mil cruzados vão receber a URP integral de março, de abril e assim por diante.

Agora, é claro que aqueles que ganham mais de Cz\$ 50 mil, não vão receber a URP de março e não a terão integral. Esta é a questão fundamental. Portanto, 162 mil funcionários permanecerão como estão, recebendo a URP integral no momento em que o Governo Federal congelou. Os outros, em abril, receberão reescalados até 150 mil, quando 150 mil receberá zero da URP.

Claro, eu dou razão àqueles que ganham mais de Cz\$ 150 mil, de certa forma, perante o quadro, não estarão recebendo mais. Mas, temos um compromisso de falar a verdade e portanto, a verdade é que, pelos discursos que ouvimos aqui dava a impressão de que a URP havia sido congelada e que o Governo impôs o seu congelamento. E eu vi aqui, um manifesto dos professores que irão à greve, dizendo que um dos motivos é que o Governo do Estado vinculou os resultados da arrecadação do ICM, o que daria 1,9% de reajuste em março.

Este projeto substitutivo está eliminando o projeto, está sendo apresentado como falei aos Senhores.

A PLATÉIA - Isto é enganatório!

O SR. PAULO FURIATTI - Enganatório para aqueles que querem fazer disto um cavalo de batalha, no sentido de não interpretar a realidade, porque o que eu estou falando aqui, não é mentira. Têm razão vocês que ganham mais de Cz\$ 50 mil. Têm razão! Agora, eu queria dizer, para completar o meu raciocínio, que a luta política, capitalizar politicamente problemas, é tudo normal, é da democracia e não vejo problema algum.

Acontece que vai ficar, e aqueles que acham que o funcionalismo ou o cidadão que no mês que vem vai receber a URP integral, não entender aquela mensagem, como se não fosse receber.

Então, não vejo o porquê das discursseiras, no lava mão, pois existe um compromisso político, e este vai ser cumprido. Nós estamos aqui, eu confesso, o Paraná é um dos Estados cuja máquina administrativa, tem comportamento exemplar. Os funcionários públicos do Paraná, não se resumem a de muitos Estados brasileiros, em que realmente há excesso, concordando até que há excesso em determinadas áreas, mas não no conjunto.

Então, fica aqui, com toda calma, e respeitamos os companheiros que estão aqui. Esta é a minha declaração e vou votar pelo substitutivo, de acordo com estes compromissos, fixados na reunião do Parlamento com o Governador Álvaro Dias.

O Sr. Rafael Greca - Só para corrigir, Sr. Deputado Paulo Furiatti, uma parte do Parlamento.

O SR. PAULO FURIATTI - Por favor, pode falar, Deputado.

O Sr. Rafael Greca - Só para dizer, Deputado Paulo Furiatti, que o substitutivo dá uma carta em branco para o Sr. Governador, no sentido de definir os reajustes e a política salarial do funcionalismo. É um compromisso assumido com uma parte do Parlamento e as bancadas de Oposição não participaram dessa reunião do Sr. Governador com os Srs. Deputados do PMDB e talvez do PTB, não sei se foram convidados ou não.

O SR. PAULO FURIATTI - É claro que, quando fizemos essa reunião, houve um entendimento político para que isso ocorresse, e quando venho aqui dizer que voto pelo substitutivo, estou acreditando num entendimento político entre a Bancada e o Governador, principalmente porque os reajustes ou as antecipações salariais não serão idênticas às que vinham sendo tomadas, que eram generalizadas. Mas, estes esclarecimentos são importantes e fundamentais, para que, se tivermos que receber críticas,

que as recebamos justas, daqueles que ganham acima de Cz\$ 50 mil, que vão ficar sem a URP de março. Agora, o que não se pode é generalizar uma informação e que não corresponda à realidade do que vai acontecer.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado pela atenção com que fui ouvido, e espero que possamos ter encaminhamentos mais profundos em relação a todo esse problema que estamos vivendo e é sério.

E, se de um lado, entendemos que existe problema de caixa, por outro lado esta carta em branco que estamos concedendo, como disse Vossa Excelência, também servirá para que possamos lutar junto com o Governo do Estado, no sentido de regularizar as antecipações salariais.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que nós, da Oposição, pelo que disse o Deputado Paulo Furiatti, teremos que acreditar na composição, no acerto feito com o Governador e sua Bancada. Mas, a verdade é que não podemos assinar mais um cheque em branco, como aquele que assinamos aqui no passado, que deu plena liberdade ao Governador, também, de lidar com a verba do Estado.

Mas, quero começar, voltando um pouco ao passado, e sempre é bom lembrar sobre o ex-Governador Hosken de Novaes. Melhor amparado pelas informações Vossa Excelência tem condições de julgar as reais possibilidades do erário para atender as reivindicações dos funcionários públicos que lutam hoje contra a inexorável corrosão de salários e que estão profundamente frustrados pela negativa do Governo do Estado, em conceder este justo reajuste.

Esta decepção é mais que compreensível. O Governo Ney Braga prometeu solenemente antecipar-lhes o reajuste para agosto a fim de repor a perda do poder aquisitivo causada pela inflação. Não é o que se verificou. O aumento anunciado passou para setembro, quebrando-se assim uma decisão do Governo, ao invés da reposição do valor salarial que seria na ordem mínima de 45%, os servidores receberam menos da metade da perda que sofreram.

O amargor por que passam os integrantes dessa classe, não é novo, apesar das repetidas e demagógicas afirmações do Sr. Ney Braga, de que é sensível aos problemas do funcionalismo, o que se deve registrar e não esquecer é o fato de que, sistematicamente, continuam perdendo o seu poder de aquisição, e em 1981, para um aumento de

custo de vida de 104%, os servidores em sua grande maioria receberam acréscimos salariais que oscilam ao redor de 80%. Se não fossem suficientes esses argumentos, impõe-se um outro muito sério e sintomático que despertam indagações irrespondíveis, pois o Governo vem aumentando significativamente seus gastos com o pessoal. Em 1981, foram gastos mais de 126% do que em 1980.

Em 1982, justificando a negativa em atender as reivindicações do funcionalismo, o Executivo previa gastar 87,5 milhões de cruzeiros com os seus funcionários, ou seja, 115% a mais do que no ano anterior.

Houve, portanto, uma sensível e não explicável expansão de gastos com o pessoal. Vale pois a pergunta: quais as categorias funcionais que receberam esse aumento dessa ordem? Seriam os professores? Certamente não. Os policiais militares? Certamente não. Os profissionais liberais? Certamente não. Os funcionários mais humildes? Certamente não. As indagações não podem cessar aqui, devem ir mais longe, como se pode sentir a compreensão e o sacrifício aos servidores quando é tão visível e pródigo o uso que se faz da máquina pública para fins eleitorais. No instante que o sentimento político paranaense se sensibiliza com a certeza de decisões democráticas a 15 de novembro, estamos seguros, Sr. Governador, que Vossa Excelência será sensível às colocações feitas pelo PMDB, no sentido de poupar os funcionários públicos do Paraná, dando-lhes o mínimo necessário para compensar a permanente perda provocada pela inflação. Da mesma forma, acreditamos que Vossa Excelência mandará apurar os fatos que enunciamos nesta carta aberta. É com esta convicção que nos dirigimos ao eminente Sr. Chefe do Poder Executivo paranaense, com o respeito que lhe devemos e preocupados em mater a coerência com as posições políticas que vamos assumindo em nossa vida pública."

Pergunta-se quem é que escreveu esta carta que foi lida na tribuna desta Casa pelo Deputado Gerote Kirinus. Foi em agosto de 1982, o então Deputado Federal Álvaro Dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O amor virou ódio. O branco passou a ser chamado de preto. O argumento mudou para protesto. A história, Governador Álvaro Dias, é amarga para as pessoas contraditórias. Aquilo que Álvaro Dias exigia em 1982 como Deputado, hoje nega como dirigente do Paraná. Este personagem é uma interrogação. Um conjunto de contradições, incoerências e frustrações.

No último sábado, o Prof. Palmo Fidelis, de Londrina, desabafava diante de uma assembléia da categoria: "Eu quero dizer

que estou muito à vontade para ler esta carta do então Deputado Federal Álvaro Dias, porque eu não pertenci a um Governo do passado, sou um político do presente. Graças a Deus não tenho compromisso com a Velha República e muito menos com essa Nova República que aí está, sendo uma cópia talvez, pior ainda que a República passada.

Por isso, eu me sinto à vontade para ler este protesto, esta carta, do então Deputado Federal Álvaro Dias. Mas, vou mais além, nas minhas observações, a respeito da situação em que se encontra hoje o funcionalismo público estadual.

Senhores Deputados, o jornalista e articulista, Renato Schwaizta, pôs na sua coluna do "Estado do Paraná", a seguinte observação:

"Passava o batalhão marchando. Quando todos os soldados avançavam o pé direito, o soldado avançava o esquerdo, ao que comentou orgulhosa a mãe dele na assistência: Olhe meu filho! Só ele está com o passo certo!"

Será o Paraná o único Estado do passo errado da União? A Folha "Economia" publicou a evolução geral da arrecadação do ICM em todo o País nos últimos dez meses. O acréscimo se mantém constante nas proximidades dos 11% ao mês. A informação conflita com a argumentação da Fazenda, segundo a qual a curva ascendente de remuneração dos empregados encostou no nível da arrecadação. Os servidores não tiveram aumentos mensais de 11% ao mês e se isto tivesse ocorrido, as duas linhas permaneceriam equidistantes.

Como é possível imaginar, então, que a folha consuma todo o ICM arrecadado? Não está a Fazenda agindo como mãe, invertendo a realidade para resguardar a capacidade de investimento do Estado? Teria o Paraná ficado abaixo da média nacional de acréscimo na arrecadação do ICM? A lógica aponta na direção inversa. As excelentes safras que temos tido, e temos agora também, sugerem que os acréscimos de arrecadação devem ser, não apenas quanto ao vegetativo aumento dos preços, como também reais pelo maior volume de mercadorias. Esteja com o passo certo ou errado o Paraná deu um chute no "traseiro" do seu funcionalismo ao informar um aumento e 1,8% de reajuste de vencimento, pelo critério de ajustamento da despesa ao tamanho da receita.

Quem está empobrecido, sem poder reagir, não merece pontapé nos "fundilhos". Tampouco gozação, se não há mesmo dinheiro, o Estado pelo menos deve dar respeito. As coisas devem ficar claras, as informações da Fazenda são emitidas pela RAMA: é assim, é assim, é assado. Não têm vindo juntos os números transparentes para convencer uma questão séria, como a angústia

do funcionalismo. Que a Fazenda informasse a evolução das despesas de pessoal e de arrecadação, mês a mês, desde quando fracassou o Plano Cruzado. Informasse, também, qual foi a expansão ou retração, porque não se sabe e ninguém esclarece sobre o quadro de servidores.

Outro lado a clarear, é se o PMDB do Paraná é empreguista. Várias vezes tentei conseguir uma informação, ninguém dá. A opinião pública merecia saber quantos funcionários o Paraná tinha, quando terminou o Governo Ney Braga. Quantos, quando terminou a administração de José Richa e exatamente quantos abriga hoje. Perguntar não ofende. Estes números devem estar todos no computador. É só apertar o botãozinho democrático, distribuir um "release" dentre os muito poucos que falam bem da administração. Como é evidente, se é do ICM "ad-valorem" a arrecadação aumenta na mesma proporção dos preços. A carestia é diária subindo sempre o preço de alguma coisa. Já os salários que nada sobem, fica muito claro, são atualizados numa periodicidade cada vez mais insuportável. Notem que no dia da atualização até da próxima, o trabalhador entra numa sequência de prejuízos diários no poder aquisitivo real.

A notícia de 1,8%, e folha suplementar, só pode ser brincadeira, mas partiu de fonte oficial na Secretaria de Estado da Administração. Um acréscimo tão ridículo, não vale a despesa de folha suplementar. Cuidado, a questão é muito delicada, o funcionalismo paranaense não tem força de arregimentação, enquanto classe, pois suas entidades de representação são dóceis, porém o mesmo não ocorre com o magistério, policiais e outras categorias específicas, são fortes e estão iniciando suas campanhas e reivindicação.

Agora mesmo, o economista Eduardo Moiano, criador do mecanismo da URP - Unidade de Referência de Preços, admite que acabou sendo o maior redutor de salários já visto na economia brasileira. O mecanismo era para ser aplicado, ao mesmo tempo sobre preços e salários, acabou só incidindo sobre salários. Em setembro, outubro e novembro, a URP estabelecia reajustes mensais de 4,9% para uma inflação média de 9,19%, reduzindo as remunerações em 50% do seu valor no trimestre seguinte. O redutor dos salários chegou a 40%, 16,19% no lado da inflação, 9,19% para URP e agora com previsão de 17,5% em março, abril e maio, para inflação a URP remunera 16,19%.

O próprio criador admite o massacre do trabalhador e aponta como solução justa a utilização das remunerações, quando aqui se cogita aplicar as revisões de maneira preguiçosa, em nome de falta de recursos, que a lógica recomenda duvidar.

É matar os servidores de fome, de maneira bem preguiçosa, mas muito eficiente o que não deixa de ser solução porque haveria menos bocas vivas a mamar as tetas do Estado, diria Mussolini, o soldado de passo errado, marcharia com o passo de ganso. Esta é a matéria do articulista Renato Schaitza.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O decreto do Presidente da República, no seu artigo primeiro, congela pelo prazo de 90 dias, os preços e salários. Com isso, ficou extinto o gatilho salarial, conforme artigo 21 do decreto e suas disposições finais, criando-se a URP, Unidade de Referência de Preços, calculada sobre a média mensal da variação do IPC - Índice de Preços ao Consumidor, do trimestre imediatamente anterior e que seria aplicada a cada mês do trimestre subsequente.

Agora, Senhores Deputados, a lei criada pelo Governador do Estado, extrapola, violenta, usurpa e até discrimina o funcionalismo público, além do que, o que é pior ainda, fere um dispositivo de uma lei maior.

Assim sendo, tornam-se inconstitucionais as fórmulas propostas, já que elas modificam a fórmula de cálculo expresso no § 1º da Lei nº 2.336. Pior ainda, a emenda do que o soneto. A emenda substitutiva, da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, acabou extinguindo por completo a URP, no momento em que ela delega poderes ao Governador para agir por decreto, esta palavra maldita, que por muitas vezes o PMDB, disse em palanques eleitorais, que o PMDB no Governo nunca faria nada por decreto. Não se vê outra coisa a não ser governar por decreto.

Vejam bem, tanto a lei como o substitutivo, são discriminatórios, e por quê? Porque os funcionários das empresas estatais, as empresas de economia mista, terão um tratamento diferenciado dos demais servidores públicos, pois apesar dos recursos para pagamento dos seus salários, que provêm de outras fontes, também não deixam de ser funcionários públicos, de serem funcionários do Governo do Estado do Paraná e não deixarão de perceber os benefícios. É o caso por exemplo dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, do BANESTADO, da COPEL, da SANEPAR e de tantas outras entidades.

Esses salários não são concedidos pelo governo e sim pela data base dos dissídios coletivos de cada uma das categorias, mesmo porque se assim não o fosse, esses funcionários teriam condições de recorrer ao Ministério do Trabalho e além do recurso da greve ainda.

Vejam o absurdo da proposta governamental quando no § 3º do artigo 1º, diz: que não serão levados em conta para os

efeitos desse artigo a gratificação especial instituída pela Lei nº 7.770 de 13 de dezembro e vejam os Senhores também, que, ainda, esse índice de reajuste de que trata esta Lei, não poderão suplantar aqueles da Unidade de Referência de Preço, a URP, e quando menores que os índices desta, não deixarão parcelas a serem consideradas em futuros reajustes.

Assim sendo, Senhores Deputados, vejam a que ponto chega esta situação.

A emenda substitutiva da CCJ, que acabou extinguindo a URP e dentro deste artigo diz que, quando a arrecadação, por exemplo, for excelente, for acima das expectativas não haverá benefício, limitando-se ao índice da URP.

Porém, quando a arrecadação for inferior ao índice, o funcionário público não terá qualquer compensação em caso de reajuste futuro.

Então vejam, a que situação ficará o funcionário público.

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Algaci Túlio, conceda-me um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na seqüência.

O Sr. Nestor Baptista - Mas gostaria...

O SR. ALGACI TÚLIO - Agora, num País que vive um processo inflacionário violento, a arrecadação tende a aumentar mês a mês...

O Sr. Nestor Baptista - Deputado Algaci Túlio, conceda-me por gentileza.

O SR. ALGACI TÚLIO - Na seqüência.

O Sr. Nestor Baptista - Preciso de um aparte, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhores Deputados, vejam bem, num País que vive um processo inflacionário violento...

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente, pela ordem.

O Sr. Pedro Tonelli - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Nestor Baptista, e desde logo Vossa Excelência deve anunciar o dispositivo que está sendo violado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Eu

invoco o artigo 156, do Regimento Interno, Senhor Presidente. Apenas para colaborar com o Deputado que está ocupando a tribuna, haja vista que está sendo votado hoje um substitutivo a essa mensagem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Algaci Túlio. (Discussões paralelas...).

O Sr. Nestor Baptista - Esse substitutivo elimina tudo o que está sendo dito, Senhor Presidente. (Conversas paralelas).

O SR. ALGACI TÚLIO - O aparte do Deputado Nestor Baptista. Assegure-me a palavra, Senhor Presidente.

O Sr. Nestor Baptista - Então Vossa Excelência me concede um minuto apenas, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Senhor estava inscrito para falar antes. Esperou eu vir falar, para depois vir rebater. Tem todo o direito.

O Sr. Nestor Baptista - Gostaria de um minuto, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem todo o direito.

O Sr. Pedro Tonelli - Inscrevo-me num aparte, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - A tendência num país que vive um processo inflacionário violento, é que a arrecadação aumentar mês a mês, já que o imposto é calculado sempre sobre o preço do produto. Se ele custa mais caro, automaticamente o imposto é maior, já que existe a taxa de 17% do ICM, do Imposto de Circulação de Mercadoria.

Então, o que é que o Senhor Governador deveria fazer? Considerar o mês anterior uma vez que a tendência, como já disse é aumentar. Isto, porém, não aconteceu.

Achou o Senhor Governador, por bem, fazer uma média dos últimos três meses.

Por isso tudo, Senhores Deputados, analisando o substitutivo da CCJ, entendemos que tudo ficou pior ainda para o funcionário. Na tentativa de melhorar, lamentavelmente, a Comissão de Constituição e Justiça acabou trazendo prejuízos maiores ainda para o funcionalismo público.

O Sr. Pedro Tonelli - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...na seqüência. O pior de tudo ainda, Senhores Deputados, é que nesta proporção que está estabelecida, já está dando também uma confu-

são danada nos quadros da Polícia.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na seqüência. Vejam, por exemplo, já está dando uma confusão danada no meio da Polícia Militar, porque vai haver um inverso na escala hierárquica dentro da Polícia, quando o Tenente vai passar a ganhar mais que o Capitão, pois hierarquicamente o Tenente é abaixo do Capitão. Vai acontecer que o ascensorista e com todo o respeito a essa categoria de funcionário, ao Tenente também, não tenho nada quanto a sua classificação, aquele vai ganhar mais que o datilógrafo na repartição pública. Então é esta situação que se verifica, no meu entendimento, que vai se deixar para o funcionalismo público.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência realmente, tem muita razão quando fala que o Tenente da Polícia Militar pode ganhar até mais que o Capitão. Por outro lado, há que se notar também o desinteresse do funcionário público na sua promoção funcional. Veja bem qual o interesse de um trabalhador, de um funcionário querer crescer na sua vida se ele vai ganhar a mesma coisa ou talvez até menos do que ele está ganhando atualmente. Vossa Excelência cita muito bem isso, e eu me reporto também a uma matéria que o "Estado do Paraná" fez publicar por esses dias que diz:

"O Governo Federal com seu último pacote mexeu com o funcionalismo público, retirando-lhe temporariamente o direito aos reajustes pela URP e cortando benefícios. Antes do Governo Federal, governos estaduais e municipais começaram a tomar providência da mesma natureza, com o objetivo de conter a expansão na folha de pagamento já incompatível com a receita pública". E vai longe isso aqui, mas ao final o que interessa, o que exatamente Vossa Excelência se referia:

"No nosso serviço público, dedicação e ponto de serviço não fazem mais que oferecer uma cadeira de balanço e uma sopinha no fogo do inverno da vida. Enquanto o serviço público não se transformar numa profissão estimulante, bem remunerada, produtiva em que o funcionário seja respeitado em seus direitos, pacotes como esse só conseguirão piorar ainda mais a máquina estatal, mantendo-a como um peso no bolso dos contribuintes."

Veja bem Vossa Excelência, que pacotes dessa natureza desestimula o trabalhador a fazer com que cresça dentro da sua função, do seu trabalho, do seu estabele-

cimento através do qual almeja uma promoção. É notório também, que vossa Excelência dá uma posição de maior respeito, porque veja bem, quem ganha hoje R\$ 49.000,00 tem que descontar Imposto de Renda, associação, IPE e um turbilhão de coisas como: empréstimos, o que vai resumir num salário bem menor. Então o índice, vai fazer com que ele perca mais ainda o seu poder aquisitivo. Porque não interessa o valor nominativo do salário, interessa é o que se pode comprar com o salário. Se o salário-mínimo hoje, fosse de dois mil cruzados mas o trabalhador pudesse dar escola a seus filhos, alimentação, comprar roupa e tudo mais que ele precisa, pagar aluguel, tudo bem, os dois mil seria ótimo, porque não interessa o valor nominativo.

Por isso, entendemos que, quando se refere a valor nominativo complica mais ainda a situação do trabalhador. Disse bem Vossa Excelência que pode ser vetada pelo Governador. Ela é inconstitucional, então pode ser votado e ser aprovado na íntegra o Projeto original.

E eu também aproveito o aparte que Vossa Excelência que concedeu para solicitar à Comissão Executiva e à Mesa desta Casa, que aqui na pauta de hoje, este Projeto consta com pareceres favoráveis da CCJ, por unanimidade, Senhor Presidente.

Veja bem, eu votei contra esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Faço essa ressalva e os Deputados Basílio Zanusso, e David Chierigate também fizeram. Votamos contra a matéria e ela vem por unanimidade, o que eu não concordo de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa presta um esclarecimento a Vossa Excelência. A Ordem do Dia não menciona a unanimidade, apenas menciona que a Comissão de Justiça deu parecer favorável. No Projeto consta o voto de Vossa Excelência, como contrário.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Consta, Vossa Excelência, mas na pauta está unanimidade. Então não faz a referência da Comissão de Constituição e Justiça por maioria. Era isto! E deveria vir separado para não dar a entender, porque hoje, cobraram-me isto e Vossa Excelência falando que no Projeto consta, já me alivia. Então era isto, meu nobre Deputado. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e o parabéns pela defesa em favor do trabalhador, do servidor público estadual do Paraná.

O SR. PEDRO TONELLI - Concede-me um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Nobre Deputado Valde-
ri Mendes Vilela, quem ganha Cz\$ 49
mil, paga a sua casa através do IPE, e te-
ve que pedir a algum parente para também
acrescentar o seu rendimento familiar, pa-
ra que pudesse entrar na fila para conse-
guir a sua casinha. Hoje é o drama. E nes-
se sentido, há uma Emenda na mesa que pode
até alegar inconstitucionalidade, mas in-
constitucional é o que nós estamos votando
aqui hoje, uma Emenda pedindo para que se-
ja congelado qualquer tipo de aumento para
a casa do servidor, para outro tipo de pa-
gamento com a ordem do Governo do Estado.
É uma maneira de reparar o erro que se co-
mete ao ser aprovada essa Mensagem Gover-
namental.

Permito o aparte ao Deputado Pedro To-
nelli.

O Sr. Pedro Tonelli- Eu agradeço, nobre
Deputado Algaci Túlio.

Sua preocupação e agressividade são
justificadas quando se discute aqui algo
tão importante, que dará destino a 180 mil
servidores do Estado do Paraná.

Eu queria dizer, meu nobre Deputado,
que o meu voto será contra esse substitui-
tivo porque o mal menor para esse momento
é a manutenção da URP que sabemos que não
corrige dignamente os salários dos traba-
lhadores. Mas, se compararmos ao Projeto
do Palácio ou à iniciativa da Comissão de
Constituição e Justiça, aí não temos o que
comparar. É preferível mantermos a URP.
Por isso eu estarei votando contra esse
substitutivo e pela manutenção da URP para
todos os servidores públicos que trabalham
e fazem jus ao seu trabalho, ao seu ganho.
É eu gostaria de dizer mais, meu nobre De-
putado, que toda essa discussão em torno
do congelamento ou extinção da URP, tem um
único argumento a sustentar as intenções
do Governo, que é a falta de recursos. To-
da a defesa do arrocho salarial proposto
pelo Governo do PMDB, está partindo desse
argumento. Como nós podemos submeter tal
alegação se não existe nenhuma transparên-
cia nos gastos do Governo. Fala-se que o
Governo do Estado deixou de arrecadar qua-
se 6 bilhões de cruzados somente de 35 em-
presas devedoras e que daria para pagar 6
URPs de todo o funcionalismo público do
Estado do Paraná.

Isto se diz, mas não se mostra para o
povo, aos Parlamentares e para a Imprensa
do Paraná onde o Governo está gastando o
dinheiro que está arrecadando.

Então por isso, nobre Deputado, Vossa
Excelência tem razão em questionar o não
pagamento integral da URP, porque a
transparência dos gastos não é dada, nem
mesmo, Senhor Presidente, Senhores Deputa-
dos e Senhor Deputado que se encontra na
tribuna, no ano passado quando Vossa Exce-

lência com mais doze Parlamentares
subscreveram um requerimento pedindo uma
CPI da situação das finanças do Estado do
Paraná. Foi negada e nenhuma assinatura da
Bancada Governista concordou em que hou-
vesse transparência das finanças do Esta-
do.

Não podemos, de maneira nenhuma, aju-
dar a tapear os supostos absurdos que es-
tão demonstrados na realidade dos gastos
do dinheiro público neste Estado. Portan-
to, não concordamos que se aprove ou que
vamos dar carta branca ao Governador, as-
sinar cheque em branco ou coisa semelhan-
te.

Outro argumento exposto aqui, por re-
presentantes peemedebistas neste dia, in-
clusive, os quais deram a entender que os
funcionários públicos e as folhas de paga-
mento são o motivo do déficit, isto não
podemos concordar! Ora, como vamos culpar
a folha de pagamento se nem sabemos quan-
tos milhões ou bilhões estão sendo gastos
para fazer propaganda pessoal daqueles que
estão exercendo o Poder! Gastos com publi-
cidade, companheiros, é dinheiro para quem
tem luxo! Num País que está em crise, que
tem que apertar a cinta dos trabalhadores,
o primeiro que tem que apertar o cinturão
tem que ser o próprio Governo! É como é
que vai usar milhões e milhões para fazer
um bom nome dele mesmo?

Isso é o País da fatura!

Não podemos, de maneira alguma concor-
dar, com os argumentos apresentados na
mensagem palaciana e na emenda que real-
mente não teve unanimidade da C.C.J., de
que deveríamos dar carta branca para re-
solver um problema, dos recursos e do dé-
ficit do Caixa do Estado do Paraná.

Queria, nobre Deputado que está na
tribuna, lançar aqui um outro alerta, que
aliás, foi-me dito, por um Deputado do
PMDB, que estaríamos na sessão de ontem e
de hoje servindo simplesmente de instru-
mento da demagogia palaciana. Disseram-me
que hoje, seria aprovado nesta Casa, o
Substitutivo, também a emenda com parecer
da Comissão de Finanças que o Governador
do Estado não tomaria a decisão por decre-
to e que mandaria uma outra mensagem para
esta Casa, contemplando as iniciativas da
C.C.J., e da Comissão de Finanças. Infor-
mou-me este Deputado Situacionista, que o
Governador estaria interessado em tomar
tal procedimento, tendo em vista que tem
um problema de caixa e, com isto, ganharia
tempo a custo da paciência dos servidores
públicos do Paraná.

Podemos concordar com isto?

Acho que não. Os trabalhadores públi-
cos do Paraná, não podem ser o instrumento
para ficar a espera de um, dois, ou três
meses, sem reajuste com o objetivo de de-
safogar o caixa da má administração do Pa-

Paraná, a bel prazer palaciano.

Disse-me também este Parlamentar e é bom que se diga, que o Governador sabe que a sua mensagem é inconstitucional. O próprio José Sarney não revogou a URP e o Governo do Estado não pode tomar tal medida. Houve um congelamento do Governo Federal. Mas, me disse este Parlamentar que o Governo faria isto exatamente para forçar os servidores públicos, para exigirem na Justiça e como esta é lenta, é complicada, o Governador teria muito tempo para pagar o direito justo dos servidores públicos do Paraná.

Por isto não podemos aprovar este substitutivo porque este está sendo mais um trampolim para o Governador resolver o seu problema de fato, de transparência, de má administração.

É esta Casa não pode ser subterfúgio de injustiças. Muito obrigado, nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Pedro Tonelli. Será que o Governador daria a dilatação de prazo para pagamento das prestações das Casas do IPE? Como deu a dilatação do pagamento do ICM para o Frigorífico Mendes, FRIGOMENDES, de Colorado; para FRIGORELLI Comércio de Carnes, em Arapongas; para a Massa Falida de João Malucelli S.A., Indústria de Móveis de São José dos Pinhais; para a Massa Falida de João Malucelli Indústria de Móveis, de Curitiba; para o Frigorífico Santo Antônio S.A., de Apucarana, para o Frigorífico Paraná Novo S.A., também de Apucarana; para a Cargill Agrícola S.A., de Maringá; para a COMABRA - Cia. de Alimentos Brasil, de Ponta Grossa; para Frigo Helio Comércio de Carnes Ltda., de Nova Esperança; ainda para o Frigorífico Pinhais, de São José dos Pinhais; para o Frigorífico Maringá, de Maringá; para a Frigorelli Comércio de Carnes Ltda; de Arapongas; para o Frigorífico Pontagrossense, de Ponta Grossa, para o Frigorífico Umuarama, de Umuarama; para a Indústria e Comércio de Carnes Líder, de Curitiba; para o Frigorífico Noroeste do Paraná, de Paranavaí; para o Frigorífico Central de Maringá, para o Frigorífico de Coroados, de Cruzeiro do Oeste; para a FRIGOBRA, Cia Brasileira de Frigoríficos, de Toledo, e ainda para a Frigual - Frigorífico Guaíra Ltda., de Guaíra.

Será que se precisassem os funcionários públicos, pedir dilatação de pagamento de suas prestações de casas, o Governo faria esta dilatação e faria também este favor aos funcionários públicos?

Fica aí a nossa indagação. Senhor Presidente Senhores Deputados. A Bancada do PDT e neste particular este Parlamentar, votará contra a emenda substitutiva, por-

que não pode admitir tamanha aberração em cima do funcionário público.

Muito obrigado.

O SR. Rafael Greca - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Deputado Hermas Brandão. Requer, após ouvido o Planário, respeitosamente, o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 55/88, com basee no disposto pelo inciso II, § 1º, do Artigo 156, do Regimento Interno.

Em votação. Aprovado.

A Mesa já considera aprovado o requerimento e vai conceder a palavra, para encaminhamento de votação, aos seguintes Deputados inscritos: Deputado Valderi Mendes Vilela, Deputado Basílio Zanusso, Deputado Rafael Greca, Deputado Pedro Tonelli, Deputado José Domingos Scarpellini Deputado Raul Lopes e Deputado Erondy Silvério. Dez minutos a palavra com o Deputado Valderi Mendes Vilela. A Mesa comunica, para encaminhamento de votação, a proibição de apartes.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Constantemente estamos ouvindo neste Plenário a volta ao passado. Ainda eu posso fazer alguns comentários a respeito do assunto, porque voltar ao passado também é bom para poder viver o presente.

Quando aconteceu o golpe militar de 1964, Senhor Presidente Senhores Deputados, eu tinha 14 anos de idade e ouvia do meu velho avô, com a sua sabedoria, mesmo sem nunca ter ido a um banco escolar, dizer que esse não era o caminho, que essa não era a providência a ser tomada para solucionar os problemas do Brasil.

Passou-se o tempo, e nós fomos crescendo, fomos à Universidade. Naquela época, na vigência do famigerado Decreto nº 477, o Diretor da minha Faculdade, de Jacarezinho, queria que eu ficasse quieto a respeito das nossas situações dentro daquela escola.

O tempo passou, Senhor Presidente. E nós, mesmo sem nunca termos sido candidatos, jamais ocupamos um cargo de Vereador ou de Prefeito, estivemos sempre acompanhando a política deste País. E foi nessa época em que nós vimos a grande avalanche da massa popular, pedindo e gritando pelas eleições diretas em 1984 e 1985. E tudo isso era comandado pelo PMDB.

As Diretas não vieram, Senhor Presidente e Senhores Deputados; as eleições gerais também este ano, não virão, como não virão no ano que vem, porque não há interesse da grande maioria que, realmente

se saiba quem são seus representantes.

Tancredo Neves foi eleito com o apoio, inclusive, no palanque das diretas de dois então Versadores: Algaci Túlio e Rafael Greca, que subiram ao palanque das diretas defendendo Tancredo Neves e eleições diretas. Naquela oportunidade, eu me lembro bem, ainda acompanhando a política, que Tancredo Neves disse que enquanto houvesse nesse País um só homem sem trabalho, um só homem sem teto, um só homem sem pão, toda a prosperidade seria falsa.

José Sarney veio, disse: "Assumi o Governo num ato infeliz". Disse também que seu mandato seria de quatro anos. Mas, não cumpriu. Nenhuma promessa foi cumprida desde então. Hoje ele quer cinco ou seis anos.

Eu me lembro bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Dante de Oliveira, autor das "Diretas Já", assumiu o Ministério e passou a defender seis anos para José Sarney. Hoje ele volta aos quatro anos. E há poucos dias voltou aos quatro anos e hoje não sei mais o que pensa.

O atual ministro da Justiça, também era defensor das eleições diretas. E hoje ele quer seis anos para José Sarney. Tanta coisa, tantas promessas foram feitas e meu avô tinha razão: não era este o caminho. Neste País, Senhor Presidente e Senhores Deputados, realmente tem que haver, realmente, mudanças estruturais. Enquanto não houver mudanças estruturais, nós continuaremos no mesmo.

Disse um Deputado que nos antecedeu: inflação de quase quinhentos por cento ao ano. Pacote congelando a URP dos Servidores. Eu alertava há poucos dias desta tribuna que se o Governo não cumprir a lei, a iniciativa privada logo, também, não cumpriria, não daria os reajustes pela URP. E ontem e hoje já estampam notícias nos jornais dizendo que a iniciativa privada não vai, ou melhor, vai retirar a URP do trabalhador.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados a situação é realmente lamentável. O casuismo continua imperando neste País, as mudanças prometidas só acontecem contra o trabalhador. Agora vem a proposta de reescalonamento da URP. Eu o vi dizendo que há um compromisso do Governador em pagar essa antecipação salarial tão logo seja possível, mas não consta da lei. Não consta da emenda substitutiva apresentada, nenhum dispositivo nesse sentido. Existe sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma autorização para que o Governador, por Decreto, determine os reajustes salariais que ele houver por bem aplicar. É mais um dos cheques em branco que esta Casa concede.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, o substitutivo é ainda mais arrochante que

o próprio projeto. Não há condições para que o trabalhador suporte tal legislação. O projeto original estabelecia ainda que, quando houvesse excesso de arrecadação, seria paga aos trabalhadores a URP integral, e isso no substitutivo, nada apresenta.

Também existe um problema muito sério. Afirmou o Sr. Governador que somente mil trezentos e poucos funcionários ficariam sem aumento. Ora, eu pergunto: os professores que têm dois padrões nesse Estado, ganham mais de 50 mil bruto. Promotores, Juizes de Direito, funcionários do Tribunal de Contas, do próprio Palácio, da Assembleia, e esses não são apenas 1.350. É muita gente que vai ficar. Por isso nós apresentamos uma Emenda, congelando por dois, três meses, a aplicação da URP, até que o Governo possa fazer um reestudo das finanças do Estado.

Vejam bem, adotando a mesma política do Governo, só que imediatamente seria reposto ao trabalhador o seu direito à antecipação salarial, devidamente corrigida, para que ele não sofra nenhuma restrição quanto aos seus salários.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa emenda não é boa, mas é melhor do que esse substitutivo, é melhor do que esse projeto de lei, porque realmente não podemos diminuir o poder aquisitivo do trabalhador. O que está havendo é uma redução do poder aquisitivo do trabalhador. Por isso, Sr. Presidente, vamos votar contra a matéria. Estamos registrando da tribuna. Como disse o Deputado Algaci Túlio, toda a bancada do PDT vai votar contra a emenda, ao projeto original e tudo isso que nada mais é do que um dos maiores arrochos salariais trazidos pelo Governo do PMDB ao servidor público estadual desde todos os tempos.

Adota-se a mesma política que Delfim Neto aplicava quando era Ministro do Planejamento. É o continuísmo que impera neste País, as mudanças que não aconteceram, tudo continua como estava antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhamento de votação, a palavra está com o Deputado Basílio Zanusso.

Antes porém, a Mesa vai submeter o requerimento do Deputado Nestor Baptista, que solicita prorrogação do prazo de duração da presente sessão ordinária por mais três horas.

Em votação. - Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós já nos manifestamos, em outras oportunidades, que o Governador do Estado havia tomado a iniciativa de encaminhar a

esta Casa uma mensagem propondo alteração na política salarial do Governo. Antes que os Decretos nº 235 e 236 e os decretos-leis fossem alterados ou revogados.

E no nosso entendimento, houve uma antecipação do Sr. Governador, porquanto os decretos a que me referi, através dos quais a Lei vigente do Estado nº 8592, fundamentou-se para dispor sobre o pagamento da URP aos servidores do Estado.

Portanto, este aspecto inconstitucional, não somente pelo que dispõe a Constituição. Mas até mesmo contraria decretos-leis que regulam a matéria.

O Governo Federal tomou agora a decisão, depois de muitos balões de ensaio, em congelar o pagamento das URPs, enquanto que o Governo do Estado propôs à Assembléia, conforme dispõe na mensagem por ele encaminhada, que os servidores públicos de todas as carreiras funcionais, inclusive do Tribunal do Contas do Estado, do Poder Legislativo e Judiciário, poderão ser aplicadas as disposições nos artigos 3º e 8º do Decreto-Lei nº 385, com as alterações do Decreto-Lei nº 386, tendo por limite a média aritmética, das variações percentuais mensais, do crescimento nominal, da receita derivada do Imposto Incidente sobre as alterações relativas à circulação de mercadorias de ICM apurada no trimestre, imediatamente anterior.

Esta, basicamente, foi a proposta do Sr. Governador do Estado à Assembléia Legislativa. Ouvindo o Sr. Governador as restrições, as críticas que esta Casa e que as Associações que representam os trabalhadores do serviço público fizeram, Sua Excelência orientou sua Bancada para que, ao invés de se aprovar a sua mensagem, ela fosse alterada na Comissão de Justiça, por uma emenda substitutiva, subscrita pelo Deputado Nereu Carlos Massignan, e que suprime totalmente a mensagem do Sr. Governador, e pura e simplesmente, transfere ao Sr. Governador, manda o Sr. Governador, que por decreto, ele estabeleça a política salarial do Governo do Estado.

A Assembléia abriu mão de todas as suas prerrogativas, nós não sabemos o que vai acontecer com o funcionário público. Desconfiamos de Sua Excelência o Governador, cabe a ele agir de má fé? Acho que não.

Mas por que uma Bancada de 37 Parlamentares, que tem recebido apoio aberto, também de quatro outros ilustres Parlamentares do PTB? Por que essa emenda substitutiva? Por que não permitiu à Assembléia, aos seus Deputados, que conhecessem os percentuais? Por que não votamos a mensagem do Sr. Governador? Mas não, pura e simplesmente manda-se, pela proposta da emenda substitutiva, que se mande ao Governador.

Pois bem, o Governo Federal, o Governo José Sarney, tão criticado por todos nós ao congelar o pagamento da URP, ele tomou algumas medidas de contenção da inflação ou do julgamento das despesas da máquina administrativa e até para surpresa nossa.

Ele criou o Programa Federal de Desestatização, abrindo-se a possibilidade de redistribuição de servidores das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia que devem ser extintas. Criam-se condições para a privatização de capital de empresas estatais. Criou-se estímulos para pedidos de exoneração de servidores mediante concessão de vantagens peculiares. Estímulos são concedidos à aposentadoria voluntária dos servidores, com pelo menos 10 anos de serviço. Aumento do imposto de renda, das instituições financeiras de 10 para 15%. Criou-se restrições a essas entidades surgidas sem a necessária autorização legislativa, como é o caso das fundações ligadas à universidade. E pretende-se eliminar o efeito cascata, chamado "repicão", nas gratificações dos membros da Magistratura Federal e outras providências que, embora pálidas, menores, de pequena repercussão na economia nacional, foram tomadas.

Mas eu pergunto: e o Governo do Estado do Paraná, quais as medidas tomadas para proteger o servidor? Quais? Objetivas? Nenhuma.

Como se congela ou se suprime com emenda substitutiva que deve ser aprovada pela Bancada do PMDB e do PTB logo mais, simplesmente se suprime o pagamento da URP no Estado do Paraná. Como é que se pode? E este é o motivo da nossa presença aqui. Já os Deputados que discordam da mensagem do Sr. Governador e da forma que a Bancada do PMDB está conduzindo, está encaminhando a votação do projeto e da emenda, já se manifestaram, mas é preciso que se faça uma pergunta e que é o papel da oposição minoritária. Como é que se pode congelar o salário do trabalhador, se a inflação aí fora continua galopante, assustadora, 20%, mais do que isto! Como pode?

A resposta qual é? A resposta é grave. Estão aqui manifestações das Associações, Associação dos Professores, Funcionários da Assembléia Legislativa, do Sindicato dos Professores de Londrina, do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná e das Associações todas dos Srs. Serventuários do Estado que falam que não há remédio senão ir à greve. Não há entendimento.

O Sr. Governador do Estado, Srs. Deputados, podia, e ainda é tempo de encaminhar a esta Casa, talvez amanhã, quais as medidas de contenção de redução, por exemplo, nas despesas astronômicas com publicidade para projetar o seu governo, o seu partido e ele, pessoalmente.

Podia mandar dizer quais os cortes que vai proceder, com as viagensinhas de avião, as grandes viagens de vai-e-vem dos aviões do Governo, e até jatinho se inclui na frota. As despesas supérfluas que poderão ser cortadas.

Portanto, o Governo precisa dizer a esta Casa quais as providências, porque apertar o cinto dos trabalhadores, dos funcionários públicos, é simples demais. Vai até que esta providência tomada somente contra o servidor efetivo dos quadros próprios do servidor estatutário e que não alcança as estatais e as empresas de economia mista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito claro o que se vai fazer esta noite, nesta Casa. De repente, quando os jornais dizem que o Governador arrebenta os bolsos do povo, de repente, quando a situação de inflação é insuportável, neste País, o Governador Álvaro Dias, manda a esta Casa, uma Mensagem Governamental que pretendia vincular o aumento do funcionalismo à proporção do aumento da arrecadação do ICM do Estado.

Parece que nós avançamos, avançamos no sentido que se faz um substitutivo geral, banindo essa excrescência. Um substitutivo geral, criando a idéia de que o Governador, por decreto, fará a reposição salarial dos funcionários. O que é que está acontecendo? Eu disse, parece que nós avançamos, eu não disse que avançamos. Nós estamos, através desse substitutivo, entregando uma Carta Branca para o Governador. Segundo o Deputado Paulo Furiatti e o Deputado Paulo Furiatti é um homem honrado, hoje, revoga-se uma lei: uma lei que é Direito de todos, e troca-se esta Lei por um acordo secreto entre o PMDB e o Governador. Revoga-se esta lei, que é um direito líquido e certo dos funcionários, que permite que se recorra na justiça quando este direito vier a ser ferido, e troca-se este direito pela benção do "sinhozinho"!

De repente, dá-se nas mãos do Poder Executivo o que é prerrogativa da Assembleia, definir os reajustes salariais do funcionalismo! Eu não tenho dúvidas de que o Estado vai se comportar bem com a arrecadação de ICM, deste ano, espera-se até uma super safra.

É que os Deputados do PMDB vão entregar ao "sinhozinho" do Palácio a idéia de ser ele um santo homem que vai resolver, de uma vez por todas o bem-estar do funcionalismo.

A rigor, na hora de pagar as contas, não interessa quem é que deu quem é que não deu. O que interessa, é que hoje, pelo substitutivo, a Assembleia rouba do funcionalismo o direito, líquido e certo, expresso em Lei, de ter um salário móvel, através da URP, com a reposição permanente, e entrega ao Palácio o direito de definir, como se a plêiade dos funcionários públicos do Estado fosse a plêiade das pessoas da senzala ou do harém, ou da casa do grande fazendeiro, o direito de definir quanto cada um vai ganhar.

Nunca os direitos dos funcionários foram tão pisoteados como neste substitutivo geral! A medida é impopular e a medida é dourada pelo conflito de classes. Vem aí a idéia de se dar menos aumento para quem ganha mais de 50 mil. O Deputado Anibal Khury é experiente e sabe que isso vai incomodar os Juizes, vai incomodar os Desembargadores! Eu não sei se por essa razão é que nós, nesta mesma sessão, vamos votar a criação de 4 cargos para o Tribunal de Alçada, 4 cargos de alto nível que também, como dirá o Deputado Paulino José Delazerri, também não serão aumentados, permanecerão ganhando o seu salário, bem alto, de DAS 4! Mas, o que se faz hoje? O que se faz hoje é um atentado contra o direito dos funcionários!

É o que não fez o Governador José Richa, quando no auge das enchentes do Paraná, pagou o funcionalismo em dia!

Permito-me seguir uma lição que dá o Jornal da Associação dos Professores do Paraná, quando diz que o salário de um professor hoje deveria ser de 19 mil cruzados, um professor que tivesse o seu poder de compra assegurado e estivesse no começo da sua carreira, no 1º nível, se fosse mantido o seu salário em 1º de janeiro de 1987. Naquela época, o salário era de 2.894 mil cruzados, hoje deveria estar ganhando 28 mil cruzados, 19.537 cruzados ou teria que ter reajuste necessário de 28,34%. Por quê? Porque o índice do custo de vida, calculado pelo DIEESE, teve uma variação acumulada no período, superior àquela apresentada pelo IBGE, e o IBGE teve o seu período de coleta, alterado pelo plano Bresser, fazendo com que a inflação de junho, de 28,06%, desaparecesse para efeito de reajuste salarial. O que a Assembleia faz hoje, não é nem aumento, nem reajuste, é passar carta branca para o Governador, para tirar do funcionalismo o seu direito líquido e certo e transformar o Paraná na grande fazenda, onde quem decide é o "sinhozinho".

O que a Assembleia faz hoje, seria talvez um pouco suavizado se as emendas da Oposição fossem aprovadas. Por exemplo: que tal cobrar os aumentos da SANEPAR e da COPEL, as prestações do IPE, na exata pro-

porção que concede o Senhor Governador os reajustes salariais para o funcionalismo público? E tem mais, nunca é demais lembrar, o Governador pode vetar o substitutivo geral que está sendo apresentado hoje e querer permanecer na sua proposta original, ou seja: De atrelar os aumentos, atrelar os reajustes ao percentual de aumento da arrecadação de ICM do Estado, isso daria no mês de março passado, 1,8% de reajuste, num mês de 18% de inflação. Tudo pode acontecer, tudo pode acontecer, porque nós Deputados, os Deputados do Paraná, e aí eu falo dos Deputados de todas as Bancadas, pela imensa maioria dos Deputados do Governo nesta Casa, somos impotentes para deter semelhante injustiça contra o funcionalismo. A Casa se transforma na "bacia de Pilatos", eu mantenho a minha afirmação e sugiro à Mesa Executiva dos trabalhos, que abra nesta Casa, quem sabe um programa de recreação para os que somos Deputados, talvez um curso de ikebana orientado pela igreja Seicho-No-Ie, que funciona ali atrás do Palácio do Centro Cívico, curso de arranjos florais, talvez um curso de ginástica aeróbica, orientada pela academia módulo 1, aqui em Curitiba, quem sabe um curso de jazz, eu e o Deputado Anibal Khury, nos sairíamos muito bem, quem sabe talvez um curso de culinária pelo mestre Clécio de Assis, podíamos aprender a fazer boas comidas, a Deputada Amélia Hruschka gostou, mas pouco nos restará a fazer, porque cada vez mais aos olhos do povo nós vamos valendo menos, por atitudes como esta.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa aceita a sugestão do nobre Deputado Rafael Greca e vai instituir um curso de jazz.

Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, desejando colaborar com os Senhores Deputados da Oposição, eu vou declinar do encaminhamento da votação, porque a platéia está se esvaziando e não havendo platéia não haverá arroubos de demagogia, isso eu tenho certeza.

Mas tem duas observações que eu quero fazer a 1.ª é que por requerimento de minha autoria, aprovado pela Casa, foi convocado o Secretário de Administração, para comparecer à reunião da C.C.J., a fim de que eu expusesse de viva voz, os mecanismos de que o Governo pretendia adotar, para proteger os salários do servidor público. Naquela oportunidade, os questionamentos levantados aqui não foram feitos, e todos os partidos com exceção do Deputado Pedro Tonelli todos os Partidos estavam

representados naquela sessão, e todos aceitaram como convincentes os argumentos expostos pelo Senhor Secretário de Estado da Administração. Portanto o que se faz hoje aqui é cena, é teatro, é demagogia pura. Outra heresia que se falou nesta Casa foi de que este Poder estaria abrindo mão de prerrogativas transferindo ao Governador do Estado o direito de legislar sobre política salarial. É uma inverdade dita ou por má fé ou por ignorância. Eu acho que por má fé, porque ignorância não pode existir num Deputado representante do povo. O que o substitutivo concede ao Governador do Estado é a prerrogativa de por decreto conceder antecipações salariais, por a Unidade de Referência de Preços nada mais é do que uma antecipação salarial. Depois, composta ou recomposta na data base do reajuste, não toca o substitutivo em data base, não abre mão o substitutivo de prerrogativas inerentes a este Poder.

Portanto Senhor Presidente eu não me alongo mais para que os Deputados da Oposição que ainda vão usar da palavra não percam a platéia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela Ordem o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu queria contestar as palavras do Líder do Governo dizendo que nós não trouxemos ninguém às galerias; os professores e funcionários que aqui vieram, vieram por conta própria e vieram reivindicar um direito deles, vieram fiscalizar a atuação de cada um dos Senhores Deputados nesta Casa. Não fizemos nenhuma manobra, com relação a isso. Não podemos aceitar o que nos joga o Deputado da Liderança do PTB.

O Sr. Erondy Silvério - (Pela Ordem) Apenas para corrigir o nobre Deputado, que ele seja ignorante no trato da matéria eu aceito, mas que ele desconheça a Liderança do Governo nesta Casa é inadmissível.

O Sr. Algaci Túlio - Eu conheço muito a matéria Senhor Presidente, por isso subi à tribuna e fui discutir, por isso subi à Mesa e fui discutir a matéria. Não sou capacho de ninguém.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - (Pela Ordem) Eu só queria que se registrasse em Ata Senhor Presidente, que por uma questão de aceitar os inúmeros trabalhos do Secretário de Estado Mário Pereira, sendo um representante, sendo um Secretário de Estado é que eu como representante do meu Partido, PDT, fiz apenas cinco ou seis perguntas a ele, e que não foi solicitado que

nós fizéssemos um voto, se aceitávamos ou não as ponderações dele. Eu respeito bastante o Deputado Erondy Silvério mas quero dizer de público que não aceitei, por isso votei contrário.

Só isso Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, prezados Parlamentares. Ocupo essa tribuna também para fazer algumas ponderações a respeito da mensagem governamental, e esta é dirigida à Polícia Militar do Estado do Paraná, que naturalmente aflita, atenta numa grande expectativa, acompanha também tudo o que aqui vem se discutindo e aqui vem se apresentando como algumas alterações para algumas correções que se fazem necessárias.

Quero nesta oportunidade, Polícia Militar, tranquilizá-los porque em conversa com Sua Excelência o Governador do Estado, num adendo que ele assim até faz e manifesta, em poder e saber corrigir quando necessário as alterações que naturalmente irão ocorrer, decorrente naturalmente do que já vem ocorrendo a partir de janeiro, quando do último aumento ao funcionalismo e portanto à Polícia Militar.

Tem a Polícia Militar uma característica toda especial dentro do seu instituto básico da hierarquia. E está ocorrendo e vai ocorrer um achatamento salarial, o que vem, naturalmente, trazer um descontentamento, um descompasso, no que diz respeito à hierarquia, à disciplina vencial. Podeis ficar tranquilos, Polícia Militar, que este vosso representante irá na data oportuna, tão logo esta Casa aprove essa mensagem do Governo, esse substitutivo que votarei a favor. Nós entraremos com um expediente e, tenho certeza, como se sempre se houve Sua Excelência dará o beneplácito necessário para corrigir.

Portanto, ficais tranquilos, companheiros. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Certamente era de se esperar que a discussão desta matéria, que não é matéria, é uma armadilha contra os trabalhadores, viesse a despertar tanto interesse, tanto aprofundamento, tantas novidades, que nós percebemos nesta discussão e que só era de esperar quando se tratava de algo que fosse de interesse exclusivo da classe trabalhadora.

E, certamente, nós não podemos sair daqui com dúvidas que o Poder, muitas ve-

zes denunciado pelo Partido dos Trabalhadores, na sua composição, em sua maioria é um poder que é contra o interesse da classe trabalhadora brasileira e paranaense. Aí estão as provas.

Então, eu gostaria de tecer comentários para considerações sobre o que disse o Deputado Paulo Furiatti na tribuna, quando justificava, alegando que supostamente o Governador do Estado, se tivesse bom senso, segundo ele, encaminharia, por decreto uma decisão que, segundo ele, contemplaria 90% dos trabalhadores, que são os que recebem até 10 salários mínimos. É bom que se diga, porque não foi dito aqui ainda hoje, que 10 salários mínimos correspondem na verdade...

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... não permito aparte, porque o Regimento não permite, sobre Deputado. Dez salários mínimos correspondem na verdade a um salário mínimo, segundo o DIEESE, que contempla as necessidades básicas de uma família com quatro pessoas. Não é um salário digno para um trabalhador...

O Sr. Paulo Furiatti - (Questão de Ordem) Senhor Presidente.

Eu pediria, apenas, ao Deputado Pedro Tonelli que fale por si. Não coloque na sua boca palavras que eu não falei.

O Sr. Basílio Zanusso - Não pode haver aparte no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa a fim de orientar os trabalhos vai proceder a leitura do que se refere as questões de ordem.

Todas as dúvidas sobre o Regimento Interno, na sua prática, constituirão questões de ordem; todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas, definitivamente, pelo Presidente; nenhum Deputado poderá exceder a dez minutos; no momento das deliberações qualquer questão de ordem poderá ser formulada, ou justificada no prazo que couber a cada Deputado; sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado falará uma só vez; o Presidente não poderá recusar a palavra do Deputado pela ordem, mas, cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o Artigo Regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

O Regimento vai ser adotado rigorosamente.

Com a palavra o Nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Se-

nhor Presidente, e solicito que desconte o tempo que me foi tomado pelo Deputado Paulo Furiatti, que eu tinha direito.

Companheiros, olham, sinceramente nós não podemos concordar que o salário justo dos trabalhadores seja dez salários mínimos estabelecidos pelo Governo, porque dez salários mínimos, é um pouquinho mais que um salário mínimo real, cobrindo as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, portanto, de maneira nenhuma podemos concordar.

Não podemos também concordar com a afirmação de que, o número de funcionários que recebe na folha de pagamento deste Estado, é o que está tornando deficitária a folha de pagamento e os cofres públicos do Estado do Paraná.

Nós não podemos concordar com este argumento, simplesmente, partindo da Bancada oficial, não quero defender o passado, nunca defendi e não vou defender, sempre condenamos e continuamos condenando todos os erros do passado.

Vamos ver os números, quando Hosken de Novaes deixou o Governo que assumiu, Governo do PMDB, a folha de pagamento do Estado do Paraná estava com 135 mil funcionários públicos recebendo na folha de pagamento do Estado. Hoje nós temos quantos? Cento e oitenta mil. Nenhuma novidade se, realmente, as contratações que houveram não fossem grande parte delas por apadrinhamento, por favorecimento, que realmente fossem para ampliar o serviço público, segundo as necessidades das comunidades, na área de ensino, da Polícia Militar, na segurança, nas diferentes áreas que exigem realmente pessoas trabalhando. Só que na prática, nós ainda estamos vendo hoje, que não é isso o que acontece.

Para exemplificar, vamos começar aqui nesta Casa. Foi dito uma vez que haviam 500 funcionários que trabalhavam nesta Casa, hoje se comenta que tem 1.800, 2.000. Nós fizemos um requerimento pedindo informações, uma relação dos funcionários desta Casa, que fazem parte do Poder Público paranaense; até hoje nós não sabemos, portanto nós temos que levantar dúvidas quanto ao processo de contratação, de exercício e a justificativa dos empregos que nós temos.

Gostaríamos também de trazer aqui uma outra preocupação, que certamente ela faz parte desse questionamento, do inchamento da máquina estatal, que nós não somos a favor, dos fantasmas que existem numa máquina estatal, que nós não somos a favor de forma nenhuma. Nós não somos a favor de privilégios injustificáveis, porque nós não podemos admitir que o Governo através deste ato se julgue incompetente para moralizar a máquina administrativa, aliás como ele tem demonstrado. Nós propomos que

seja constituída uma Comissão Parlamentar, com a participação de representantes das entidades dos trabalhadores e da comunidade, para auxiliar o Governo, para localizar e tomar providências com relação aos fantasmas, aos marajás, bem como o remanejamento de pessoal ocioso em algumas áreas do Governo, para setores prioritários, pois a máquina administrativa realmente tem que funcionar, segundo os interesses da comunidade, por isso é preciso que a comunidade decida e diga o que que tem que ser feito para que essa máquina funcione.

Também não podemos deixar que essa discussão prossiga, sem tocar mais uma vez nos nossos salários, dos Parlamentares, que propomos o congelamento e até agora não sei o que aconteceu com esse Projeto.

Já que o Estado enfrenta dificuldades, será que não seria a ocasião de terminar com certos privilégios que existem, de Deputados que são Deputados e que recebem como Procuradores, de Deputados que são Secretários e que recebem como Deputados. Vamos começar aqui nesta Casa. Temos que trazer para discussão porque aqui é uma amostragem de todo o que acontece no setor público.

Por isso é que nós estamos nos opondo, não com críticas, não com demagogia, mas com argumentos concretos.

Gostaríamos também que o Deputado Domingos Scarpellini trouxesse a esta tribuna, oportunamente, as provas de como em Fortaleza a prefeitura do PT debitou na conta dos trabalhadores, dos servidores públicos os absurdos ocorridos lá, em Fortaleza.

Gostaria também de ver as provas aqui ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência terá mais um minuto, tempo que o Deputado Paulo Furiatti ...

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Gostaria de ver as provas aqui de que a Prefeita de Fortaleza reprimiu os trabalhadores quando foram reclamar o seu salário.

Gostaria de ver aqui também o Deputado Domingos Scarpellini, que é conhecedor de Fortaleza, eu não o sou, porque sou Legislador do Estado do Paraná.

O Sr. Domingos Scarpellini - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria de ver qual é a política salarial, gostaria de ver também explicitado aqui pelo Deputado Domingos Scarpellini o número de funcionários que era de quase trinta mil e que hoje tem 14 mil, porque os fantasmas não estão mais na folha de pagamento.

Gostaria também que ele explicasse o que aconteceu com as Prefeituras dele, de Goiânia, demitido por corrupção e de Apucarana, do seu irmão, que demitiu mais de 80 professores por perseguição.

Gostaríamos de ver também e não queremos ficar aqui de braços cruzados, gostaríamos de ver ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o tempo de Vossa Excelência. Concedo a palavra para encaminhamento de votação ao Deputado Domingos ScarPELLINI.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre Deputado Pedro Tonelli vai ter aqui as provas sobre a questão de Fortaleza, inclusive os garís que deixaram de receber salários em função da falta de entendimentos, à época, que deixou a cidade transformada em verdadeiro lixo, em função do descaso que foi...

O Sr. Pedro Tonelli - Descaso do PMDB.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - ... entre a Prefeita do PT e os garís que não tiveram os reajustes de salários, de acordo com o pedido e com o índice que deveria ter.

Vossa Excelência terá no momento oportuno.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Líder do PFL, Basílio Zanusso, veio à tribuna e disse que o Governo do PMDB está sacrificando os pequenos, os trabalhadores que estão em dificuldades neste momento.

Eu quero dizer que eu era Deputado aqui, junto com o Deputado Basílio Zanusso em 1976, depois também em 1981, em 1982, quando o Governador Ney Braga não concedeu nenhum reajuste diferente deste de agora, porque agora se está concedendo o reajuste. Em 82 não concedeu nenhum reajuste aos trabalhadores para atender à correção salarial, à época, e a sua voz aqui foi defesa do governo. O Senhor defendeu aqui o Governador Ney Braga, àquela época, dizendo que o Estado não tinha condições de fazer os reajustes que os trabalhadores estavam a reivindicar.

O Deputado Pedro Tonelli também cita que houve repressão do governo aos funcionários públicos. Não é verdade. Não existe nenhuma repressão, a polícia não reprimiu ninguém, não prendeu ninguém, não tem ordem para prender ninguém. Portanto, não é verdade. O que está havendo é uma nova política para o funcionalismo público do Estado do Paraná. Quem ganha até 10 salários mínimos de referência, terá o reajuste

completo, não tenha a menor dúvida, e daí para frente, será dentro do percentual já estabelecido e discutido pelo Secretário e pelo Governador junto aos líderes do PMDB e do Governo que falaram em nome da bancada majoritária nesta Casa.

Portanto, uma coisa, Deputado Basílio Zanusso, é fazer na prática, outra é vir aqui fazer o discurso fácil, o discurso demagógico. Vossa Excelência foi Secretário desta Casa em 1982, foi 1º Secretário.

O Sr. Basílio Zanusso - E zelei pelo dinheiro do povo, Deputado!

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu gostaria de fazer um pouco aqui, de lembranças, para que as pessoas não sejam enganadas e iludidas. O Deputado Basílio Zanusso foi Secretário nesta Casa, foi tão duro com os funcionários, não concedeu nenhum tipo de avanço para os trabalhadores, principalmente para os mais de baixo. Estavam aí à beira da fome nos corredores, inclusive, pedindo ajuda dos Deputados para sobreviver, à época, quando o Senhor era Secretário. Vossa Excelência não tem credencial nenhuma para vir aqui...

O Sr. Basílio Zanusso - Vou dizer amanhã...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não cabe aparte em encaminhamento de votação, e está com a palavra o Deputado Domingos ScarPELLINI.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - E nós vamos por etapa. Vamos lá, que vai ter resposta para todos aqueles que estão aí falando uma coisa hoje e não fizeram no passado.

O Deputado Algaci Túlio foi à tribuna dizer que ele é novo, que ele não tem nenhum compromisso com o passado. Ora, eu vi o Deputado Algaci Túlio nos palanques de Saul Raiz, defendendo Ney Braga, defendendo o PDS.

O Sr. Algaci Túlio - Está mentindo, está mentindo, Deputado...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede aos Srs. Deputados que se mantenham discretamente nos seus assentos.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Foi candidato a vereador em 1982 no voto vinculado com Saul Raiz, com Ney Braga. Este histerismo em falar que é coisa nova que a Assembleia tem. Que proposta nova é esta? É a proposta do abuso, da inocência das pes-

soas. É o que se apresenta como novo na política do Paraná.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer um balanço das defesas e das propostas tão novas que ele vem propor ao Paraná, dizer que o Governador quer achatar o salário dos trabalhadores. O Governador Álvaro Dias está dando reajuste integral para quem ganha até 10 salários mínimos. E, portanto, vem aqui em discurso demagógico dizer exatamente o contrário daquilo que se faz.

Ora, falar que não tem compromissos com a política anterior, nós todos temos os nossos compromissos e tivemos o nosso passado político. Nós temos que carregar nos ombros as marcas das responsabilidades daquilo que fazemos. Se Vossa Excelência tem vergonha de dizer que andou com Ney Braga e com Saul Raiz é uma coisa; agora, falar que não andou, é outra. O Senhor, ... pertencia ao partido que era o PDS, o voto era vinculado e vem falar que subiu com José Richa no palanque.

Eu não entendo, realmente, o que diz e o que quer dizer o ilustre Deputado Algaci Túlio. Só sei que vai no programa de rádio, prega a madeira em todos os Deputados, parece-me ser ele o grande salvador da Pátria. E vem dizer aqui que o PMDB é contra, que se repense o ensino nos estabelecimentos particulares. Ora, ontem nós votamos nesta Casa uma matéria de autoria do Deputado Lindolfo Júnior protestando contra os aumentos abusivos dos salários. Deixamos de votar uma matéria de Vossa Excelência. Por quê? Porque Vossa Excelência estava apenas querendo tirar proveito político, fazendo demagogia em cima de uma proposta que já era do Partido do PMDB. E, no entanto, vem hoje e diz que o PMDB é contra a sua proposta. É que ao senhor falta um pouco de sinceridade, ou talvez, a sinceridade.

Não basta que a causa seja justa, é preciso que a justiça e a pureza estejam dentro de nós.

O Senhor defende causas justas aqui, mas não tem espírito de justiça e pureza para tal; porque não pratica e não faz na prática aquilo que o discurso e a palavra falam.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos aqui ver a sinceridade. Quero, sim, ser simpático aos paranaenses, mas se for preciso dizer a verdade, para receber a vaia da galeria, também vou fazer...

(A galeria se manifesta)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o seu tempo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa...

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o prazo de encaminhamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu já estava inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência fica inscrito em Explicação Pessoal. Peço desculpas!

Vamos proceder à votação.

Pela ordem das preferências, emenda substitutiva da Comissão de Justiça. A Mesa informa que há também uma emenda de autoria do Deputado Rafael Greca e vai proceder à votação. Eu quero que os Srs. Deputados anotem bem. A emenda aprovada, da Comissão de Justiça, considerará rejeitada a emenda do Deputado Rafael Greca.

Votação da Emenda da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. - Aprovada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem) Eu solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e nove (29) Srs. Deputados aprovam a emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

Oito (08) Rejeitam.

Aprovada a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência cite o artigo.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem - Eu queria registrar os votos dos Senhores Algaci Túlio, Rafael Greca, Antônio Belinati, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto, Alexandre Ceranto e Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada a emenda. Prejudicada a emenda de autoria do Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, consulto porque a minha emenda foi prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Porque a

emenda aprovada não corresponde à sua emenda. Prejudica a sua emenda.

O SR. RAFAEL GRECA - A emenda que se votou foi da Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De Justiça. Aprovada a emenda e prejudicada a sua.

O SR. RAFAEL GRECA - O Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

O SR. RAFAEL GRECA - E prejudicaram-se todas as outras emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, as outras emendas serão votadas.

Com relação ao substitutivo geral há uma emenda que manda acrescentar, de autoria do Deputado Nestor Baptista, e outros Senhores Deputados, ao artigo 2º... (continua lendo... até 3 de junho de 1987).

Em votação a emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Não vou citar o artigo porque é referente a esta matéria, gostaria do esclarecimento. O que diz a lei e o que diz esta emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em síntese a emenda se refere às entidades paraestatais. Todas serão enquadradas na lei. Os Senhores Deputados que aprovam... Aprovada a emenda.

Há uma emenda de autoria do Deputado Antônio Belinati. Onde se lê a partir de primeiro de abril, leia-se a partir de primeiro de maio. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Quero encaminhar, Senhor Presidente, se me permite. Assentimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A idéia da emenda do nobre Deputado Antônio Belinati, prende-se à idéia de se dar fôlego ao funcionalismo público do Estado. Há que se pagar a URP dos meses de março e abril para todo o funcionalismo, para se evitar uma convulsão social entre as famílias dos funcionários públicos do Estado. Isto impõe-se como um dever de justiça, sobretudo porque sabe o Deputado Antônio Belinati, como sabemos nós, se vai comportar bem a arrecadação do Estado a partir do período da safra da colheita e da arrecadação do ICM.

Apelo, Senhores Deputados da bancada majoritária, que suavizem a sua presença impopular nesta tarde, a sua situação impopular nesta tarde votando com o nobre Deputado Antônio Belinati, no interesse das famílias dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Deputado Erondy Silvério para encaminhamento da emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, muito justa a emenda apresentada pelo nobre Deputado Antônio Belinati. Porque a lei não pode retroagir em prejuízo de ninguém. Isto é o princípio universal do Direito. Quando esta lei for sancionada, nós já entraremos na segunda quinzena do corrente mês. Portanto, se ela for aprovada, ela corrigirá esta injustiça que é da retroatividade. Votarei favoravelmente a emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, ainda acrescentando mais alguma coisa e é sempre bom ouvir o Deputado Erondy Silvério pela sua experiência nesta Casa, gostaria de dizer que as famílias dos trabalhadores paranaenses vinculadas ao Poder Público, já fizeram a sua programação. Os encargos de água, luz e telefone, já foram utilizados. Quem tem telefone, quem não tem; já está consumindo. Sabemos que todo o trabalhador tem empréstimos com particulares, com bancos do Governo, bancos particulares, tudo em OTNs. A emenda do nobre Deputado Antônio Belinati, só vem dar tempo ao trabalhador para que ele consiga reorganizar a sua própria casa.

Se nem ao menos nós fizermos isso ao trabalhador, não há razão nenhuma de nós estarmos aqui.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Dez Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta Senhores Deputados rejeitam. Rejeitada.

A Presidência deixa de receber a emenda do Senhor Deputado Rafael Greca por não ser pertinente ao Projeto. Vai transformá-la em Projeto à parte.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu quero retirar a minha emenda de Plenário. É um direito que eu tenho, tendo em vista que nem sequer a minha vai ser examinada pelo partido majoritário. Retiro a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência retira o apoio à emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu apresentei uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De qual quer maneira, fica retirada. A emenda é da Comissão de Finanças.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Não, Senhor.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas em todo o caso, Deputado Anibal Khury, não pode pesar sobre a Mesa da Assembleia, ainda esse agravamento de ser sumidouro das proposições dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que essa emenda, Deputado, foi rejeitada como se fosse de autoria do Deputado Rafael Greca, que é o primeiro a subscrever.

Está rejeitada a emenda e retirada a emenda.

Em votação a emenda da Comissão de Finanças. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Solicito de Vossa Excelência a fineza de determinar a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou proceder a leitura.
(É lida a emenda)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, ainda pela ordem, eu acho que a Mesa não poderia tomar nem em consideração uma emenda dessa natureza que violenta todos os princípios da técnica legislativa. Ninguém entende, na verdadeira acepção do termo, o que quer dizer o autor da emenda ou a Comissão, autora da emenda. Portanto, votarei contra a emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, para encaminhar. Excelência, exatamente pelas mesmas razões do Deputado Erondy Silvério eu quero manifestar o meu voto contrário, porque eu não entendi nada do que está escrito aí. Li e reli várias vezes e não entendi nada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão.
Rejeitada.

Sobre a Mesa requerimento de autoria de José Afonso Júnior. Em discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, pela ordem. Para a Sessão de amanhã? Encerrar a discussão? Baseado em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai ler novamente para Vossa Excelência, o artigo. Artigo 156: Inciso 3º. (Lê).

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Isso quer dizer, Senhor Presidente, que nós não teremos discussão da matéria amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se a maioria aprovar.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Se depender da maioria, isso não vai aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A maioria é que manda.

O Sr. Basílio Zanusso - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Eu gostaria de saber se o requerimento já está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Me permita só uma observação. Sua Excelência disse que a maioria é que manda. Nós pensávamos que mandava o povo. Mas temos visto que não. Me permita discordar de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quando Vossa Excelência for maioria aqui Vossa Excelência vai votar.

O Sr. Basílio Zanusso - É de entendimento deste Deputado, que o encerramento da Discussão foi votado nesta sessão.

Enquanto se discutia em 2ª e não em 3ª. Quem é autor do requerimento? É o Deputado José Afonso Júnior, e já que ele se antecipa e hoje já quer encerrar a discussão de amanhã, eu quero encarecer a Banca do Governo do PMDB, que é o autor do requerimento, para que se dê oportunidade aos Parlamentares que discordam do projeto e os Deputados integrantes da Oposição que tenham a liberdade de discutir, porque nós estamos aqui dando presença, dando quorum, mas também o nosso voto e opinião.

Portanto eu peço à Liderança da Banca da PMDB, que permita à Oposição discutir amanhã em 3ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de autoria do Deputado José Afonso Júnior, a pedido do autor, será transferido para a sessão de amanhã.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 43/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 36/88), que cria no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, 4 cargos de provimento em Comissão de Assessor Judiciário, todos com a Simbologia DAS-4, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. nº 09, de 14.03.88, Mensagem).

TRIBUNAL DE ALÇADA

Curitiba, 19 de novembro de 1987.

Nº 294/87

Senhor Governador,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de Lei, que objetiva criar mais 4 (quatro) cargos de Assessor Judiciário, de provimento em comissão, todos com a simbologia DAS-4.

Semelhante providência se impõe como absolutamente necessária em virtude da criação de mais 4 (quatro) cargos de Juiz neste Tribunal de Alçada, decorrente da Lei nº 8618/87, publicada no Diário Oficial de 25 de novembro de 1987.

Tais cargos - Assessor Judiciário - já existem no Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal de Alçada e integram o Grupo Ocupacional de Administração Superior (Série I, Direção e Assessoramento Superior).

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDMAR CORDEIRO MACHADO

Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 43/88

PARECER:

O presente plano de lei, encaminhado a esta Augusta Casa de Leis por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem nº 36/88, objetiva criar 4 (quatro) cargos de Assessor Judiciário, símbolo DAS-4 no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando-se seu objetivo na esfera de atuação do Poder Executivo, inexistindo dessa forma, nenhum óbice à aprovação do projeto.

Nestas condições, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 43/88

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 36/88, o presente plano de lei objetiva criar 4 cargos de Provimento em Comissão de Assessor Judiciário, todos com a Simbologia DAS-4, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada.

A medida ora em apreciação veio a receber pronunciamento favorável, por parte da Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o seu aspecto legal e constitucional.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Finanças, a mesma vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, pois encontra-se perfeita inexistindo qualquer impedimento que possa prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Casa.

Neste sentido, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 363/87, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DESAMPARADAS E MARGINALIZADAS", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 381/87, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE MANDIRITUBA", com sede e foro no Município de Mandirituba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 386/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública o

"CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIAO DO VEGETAL PRÉ-NÚCLEO COSMO E DAMIAO", com sede e foro e Brasília-DF, tendo o seu pré-núcleo nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 06/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública o "INSTITUTO MÃE DE MISERICÓRDIA DAS IRMAS SERVAS DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 13/88, de autoria do Deputado Homero Ogui-do, que denomina de HOSPITAL DR. ANÍSIO FIGUEIREDO, o Hospital da Zona Norte, localizado na região dos cinco conjuntos de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 25/88, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de utilidade Pública o "CENTRO EDUCACIONAL LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 35/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Piraquara, passando a contar a partir da próxima Legislatura com 13 Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 46/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a "U.F.U - UNIAO FRATERNAL UNIVERSAL", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 47/88, de autoria do Deputado Homero Ogui-do, que declara de Utilidade Pública a "CASA DO BOM SAMARITANO INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA", com sede e foro no município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 48/88, de autoria do Deputado Homero Ogui-do, que declara de Utilidade Pública a "CONGREGAÇÃO DA PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 49/88, de autoria do Deputado Orlando Pesutti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gary Lee Stewart - Imperator da Ordem Rosacruz - AMORC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 50/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública o "TEMPLO CURITIBA DO AMANHECER", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 004/88, (Mensagem n° 002/99, ex-Proposição n° 011/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 25/11/87, entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, através do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando ação conjunta no sentido de que, com recursos do "Programa Nacional de Irrigação", e do próprio Estado, sejam realizados cursos de Capacitação de Técnicos para elaboração e execução de Projetos de Irrigação, Drenagem e Sistematização, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a tais atividades. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 005/88, (Mensagem n° 003/88, ex-Proposição n° 012/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 04/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o município de PRANCHITA, objetivando a participação do referido Município na execução do Programa Estadual de Manejo Integrado de Solos - PMISA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 006/88, (Mensagem n° 004/88, ex-Proposição n° 013/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 09/07/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de COLORADO, GUAI-RACÁ e SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 007/88, (Mensagem n° 005/88, ex-Proposição n° 014/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Termo de Cooperação n° 06/87 - COMEC, celebrados em 02/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com a participação da COMEC, e o Município de Curitiba, com interveniência do IPPUC, objetivando aplicação de recursos financeiros no Município, relativos ao IV Programa de Investimentos em Transporte Urbano - EBTU/Banco Mundial/Governo Estadual, conforme específica. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 008/88, (Mensagem n° 006/88, ex-Proposição n° 015/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 23/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de MARIALVA e PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 009/88, (Mensagem n° 007/88, ex-Proposição n° 016/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 27/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 010/88, (Mensagem n° 008/88, ex-Proposição n° 017/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 24/02/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 011/88, (Mensagem n° 009/88, ex-Proposição n° 018/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 24/02/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 012/88, (Mensagem n° 011/88, ex-Proposição n° 020/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 11/02/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 013/88, (Mensagem n° 012/88, ex-Proposição n° 021/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Termo de Cooperação n° 10/87, celebrado em 16/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CURITIBA, com a interveniência da URBS, objetivando a concessão de auxílio financeiro ao Município para aplicação em obras no Terminal Metropolitano de Curitiba. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 014/88, (Mensagem n° 013/88, ex-Proposição n° 022/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Termo de Convênio n° 33/87, celebrado em 19/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com a interveniência do DER e a Comunidade Indígena de Rio das Cobras, assistida pela FUNAI, objetivando estabelecer condições de passagem da Rodovia PR-473, trecho Foz do Chopin a PR-277, em área do patrimônio indígena. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 015/88, (Mensagem n° 014/88, ex-Proposição n° 023/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 19/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e o Município de MEDIANEIRA, com os objetivos

que especifica. - Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 156/87, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte pelos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo - incluídos os órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma especificada pela Lei Federal n° 7418, de 18/12/85. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 82, de 12/08/87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 156/87

P A R E C E R:

O nobre Deputado José Alves, secundado por diversos Parlamentares que apoiaram a iniciativa, pretende com o presente projeto de lei, tornar obrigatória a adoção do vale-transporte, instituído pela Lei Federal n° 7418/85, pelos poderes constituídos do Estado.

2. Como a legislação federal prevê benefícios aos organismos que a adotarem, não implica a proposição em aumento de despesa pública, vez que o vale-transporte é dedutível de impostos devidos, motivo pelo qual não conflita com normas constitucionais.

3. Entretanto, a proposta é por demais lacônica e, para sua aplicação, necessário seria complementá-la e, posteriormente, regulamentá-la.

4. Assim, somos de parecer favorável à mesma proposta, na forma do substitutivo que, em anexo, oferecemos.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 156/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Alves, pretende tornar obrigatória a adição do vale-transporte instituído pela Lei Federal n° 7418/85, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quanto a parte técnica, não compete a essa Comissão examinar parecer a respeito da constitucionalidade da iniciativa, vez que a douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou. Entretanto, o presente plano de lei encontra-se eivado de inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, a proposta é de grande alcance social, beneficiando profundamente no orçamento do servidor público.

Diante de tal situação, opinamos pela aprovação do projeto e do substitutivo apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, aguardando a convalidação do Ato Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 156/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado José Alves e outros, dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte, instituído pela Lei Federal n° 7418/85, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Detalhadamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma observou que a medida proposta encontra-se constitucionalmente perfeita. Isto quer dizer que ela não conflita com as normas constitucionais, vindo assim a merecer parecer Favorável na forma do Substitutivo apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, visto ser a proposta por demais lacônica, daí haver necessidade de uma complementação e posterior regulamentação, para a sua aplicação.

A Comissão de Finanças, chamada a analisar o aspecto financeiro, entende que o projeto em questão, traz consigo uma proposta de grande alcance social, pois virá a beneficiar a situação salarial do empregado, reduzindo os seus gastos com transporte e, neste sentido, manifesta-se pela aprovação da proposta e seu substitutivo, nos termos em que se apresentam.

De conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, vem a se manifestar favoravelmente pela medida e seu substitutivo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto de lei e seu substitutivo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 156/87

Art. 1º - O Estado do Paraná, por seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fica obrigado, a partir desta Lei, a adotar o vale-transporte, na forma especificada pela Lei Federal n° 7418/85 e pelo Decreto n° 92.180/85, que a regulamentou.

Art. 2º - O vale-transporte será ante-

cipado pelo órgão empregador ao trabalhador para utilização efetiva em despesa de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, na forma que vier a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º- Equiparam-se ao trabalhador referido no "caput", deste artigo, para os benefícios desta Lei, os servidores públicos da administração direta e indireta.

Art. 3º- O vale-transporte destina-se à sua utilização no sistema de transporte coletivo público, urbano, intermunicipal ou interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Art. 4º- O vale-transporte, concedido nas condições e limites definidos nesta lei, no que se refere à contribuição do empregador:

a)- Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para qualquer efeito;

b) Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

c) Não se configura como rendimento tributável do trabalhador;

Art. 5º- A concessão do benefício ora instituído, implica a aquisição pelo empregador dos vales-transportes necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte que melhor se adequar.

Art. 6º- O órgão empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) do seu salário básico.

Art. 7º- O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 45 dias.

Art. 8º- Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Comissões, em 09.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
ERONDY SILVÉRIO- Relator.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando a dispensa da discussão e votação da Redação Final dos Projetos em 3ª Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, constantes da Ordem do Dia, da presente sessão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Polan Adamowicz, ocor-

rindo no dia 07 de abril do corrente ano, no Município de Cândido de Abreu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Simioni Neto, ocorrido no dia 05 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento Senhor Aparecido Garcia dos Santos, ocorrido no dia 11 de abril do corrente ano, no Município de Paraíso. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Libano, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Terêncio Alves da Cunha, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano, no Município de Paranavaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Wallace Costa, ocorrido no dia 11 de abril do corrente ano, no Município de Morretes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à nova Mesa Administrativa da Venerável Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta Capital, que foi empossada pela Assembléia dos Irmãos, no dia 12 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a Senhora Maria José Ferreira da Costa, e aos editores da Imprensa da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Magnífico Reitor, pela publicação do livro biográfico e de memórias da vida do Professor Lysimaco Ferreira da Costa (1883-1941). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia da Obstetrix" Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando vo-

tos de congratulações ao Jornal "Paraná Oeste", do Município de Cascavel, pela publicação do artigo "Negras, A Realidade Transparente". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Essequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem dos 25 anos de fundação da COCAMAR- Cooperativa dos Cafeicultores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela realização da X Convenção Nacional de Alcoólicos Anônimos, realizada nos dias 31 de março a 02 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Interact Club do Município de Ivaiporã pelo trabalho de captura de cobras para a produção de soro ofídico. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Doutor Procurador Geral do Estado encarecendo a instalação de uma Procuradoria Regional do Estado no Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Tapejara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 072/88, de sua autoria, que proíbe a realização de provas do tipo "rallye" ou competições automobilísticas (lacto sensu) nas estradas estaduais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 197/87, de sua autoria, que proíbe o tabagismo nos locais que especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei nºs 112/87, 334/87, 033/88 e 012/88. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial publicado pelo Jornal "Indústria e Comércio", intitulado "Na Assembléia Legislativa, mais um ato covarde". Em votação.

A Mesa deixa de votar este requerimento, porque, oficialmente de acordo com o Regimento Interno, não há nada que conste nesta Casa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação encarecendo determinação para que nenhum aluno seja proibido de assistir aula, por falta de uniforme. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando para que lhe sejam fornecidas certidões contendo as conclusões da CPI destinada a apurar irregularidades que causaram deterioração de alimentos destinados à merenda escolar. Encaminhe-se à Comissão competente.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, visando a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Morretes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para que, perante a Comissão de Segurança Pública desta Casa, preste esclarecimentos sobre fatos constantemente veiculados pela imprensa do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da nota à imprensa da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado. Em votação. Rejeitado.

Do Deputado Basílio Zanusso, requer verificação de "quorum".

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - O Senhor não me deu naquela oportunidade, agora obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço o abrigo de vossa Excelência. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de postos de serviços telefônicos na Colônia Augusta Vitória, Sapé, Lageado Seco e Monjolinho, no Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo o cumprimento pelos agentes financeiros a Resolução nº 1431 de 15.12.87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, encarecendo aumentar a infra-estrutura de pessoal, na agência do Município de Contenda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação do curso secundário Propedêutico no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo esforços para que se reiniciem as obras da ferrovia ligando os Municípios de Cianorte e Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso com apoioamento dos Senhores Deputados Alexandre Ceranto, Antônio Costenaro Neto e João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo esclarecimentos sobre a concorrência pública para as obras da usina hidrelétrica de Segredo. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente foi apresentado ontem um requerimento e ontem foi solicitando para discutir, hoje, portanto, é regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A assessoria da Mesa informa que por ocasião do seu encaminhamento não havia "quorum".

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação de um curso de ensino de 2º grau, no bairro periférico do Pinheirinho, no conjunto Piratini. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado das Finanças e Secretário de Estado da Administração, encarecendo as explicações necessárias a respeito das finanças públicas, recolhimento do ICM e as condições de caixa para o pagamento dos reajustes URP aos salários do funcionalismo público estadual. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, encarecendo a abertura do credenciamento para Dentistas em todos os Municípios do Estado que abriguem agências desse Instituto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte na divisa do Município de Pato Branco, com Vitorino, na localidade de São Valentim. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a inclusão dos servidores da SANEPAR no Plano de Cargos e Salários, bem como a contratação de pessoal para prestar serviços na Região Sudoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para o Clube de Mães "Imaculada Conceição", do Município de Mamborê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Sociedade União Juventus, à Associação Cultural Fryderik Chopin, e à Universidade Federal do Paraná.

pela realização do I Simpósio Cultural Brasil Polônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, visando o envio de gêneros alimentícios para a Associação Beneficente do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo informações a respeito do critério estabelecido para a cobrança do percentual de 100% do valor consumido em água, a título de taxa de esgoto. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Rafael Greca, Basílio Zanusso, e de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento final da Assembleia Geral dos Pais e Alunos das Escolas do Paraná. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo informações das providências tomadas sobre os fatos ocorridos envolvendo o pessoal da Polícia Civil, e tendo como vítima o Vereador Paulo Roberto Marzenta do Município de Cambaí, fatos estes ocorridos no Município de Santo Antônio da Platina. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a não suspensão ou protelamento do pagamento da URP. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 46/88 a 50/88 e 55/88

e dos Projetos de Resolução de ns. 04/88 a 15/88

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 156/87, 43/88

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 27/88 a 36/88

Levanta-se a sessão.